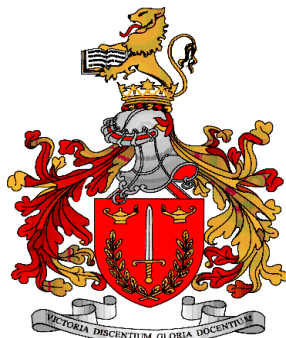


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Luís Manuel Fernandes Ribeiro

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Três anos de notícias sobre a atuação policial em
grandes eventos de cariz político:**

As diferenças entre os órgãos de comunicação social da imprensa
escrita

Orientadora

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Coorientador

Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras

Lisboa, 24 de Abril de 2015



Luís Manuel Fernandes Ribeiro

Aspirante a Oficial de Polícia

**Três anos de notícias sobre a atuação policial
em grandes eventos de cariz político:**

As diferenças entre os órgãos de comunicação social da imprensa
escrita

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e do Prof. Doutor Sérgio Felgueiras.

Aos meus pais

Agradecimentos

À minha mãe, que incessantemente demonstra o seu amor e carinho, pelo conforto no lar e simplesmente por estar sempre lá para mim.

Ao meu pai, pelo amor, dedicação e preocupação que sempre demonstrou e os sábios conselhos que tão incansavelmente dá.

Ao Grupo Hora da Maminha, pelos momentos de descontração. Um agradecimento especial ao Tiago Martins, pela sua irreverência e comicidade que transformam qualquer mesa de café num centro de diversão.

Ao Pedro Guilherme, pelo exemplo a seguir.

Ao ISCP SI, pela formação e por ser a casa onde dei os primeiros passos para a corrida que é o resto da minha vida.

Ao XXVII CFOP, pela singular camaradagem e amizade que descobri e por todos os momentos de uma vida de 5 anos, que certamente recordarei com grande nostalgia.

E, por último mas não menos importante, como não podia deixar de ser, à minha orientadora, Professora Doutora Lúcia Pais. Pela total disponibilidade, atenção, preocupação e tempo que investiu ao longo de todo este projeto. Sem a sua orientação, o trabalho que temos em mãos certamente não seria o mesmo. Um agradecimento especial também para o meu coorientador, Professor Doutor Sérgio Felgueiras, pelos seus conselhos perspicazes.

Resumo

A informação veiculada pelos órgãos de comunicação social (OCS) é, para muitas pessoas, a única forma de contacto com diversos acontecimentos. Apesar disto, o discurso dos OCS cria esquemas interpretativos que influenciam a perceção que as pessoas têm dos acontecimentos, mesmo sem se aperceberem. Quando os OCS relatam eventos nos quais atuam certas instituições que desempenham um papel nuclear, esse relato será a face visível da instituição para o público, que muitas vezes não conhece a sua vivência diária. Este é o caso da Polícia, que, dada a sua atribuição de manutenção da ordem, está continuamente sob o escrutínio dos OCS e dos cidadãos. A existência de diferentes OCS gera também divergências na informação veiculada, havendo aspetos privilegiados em detrimento de outros por cada empresa de comunicação social. Interessa assim perceber a estrutura do discurso destes OCS ao transmitirem a informação sobre a Polícia. Através de uma abordagem qualitativa, realizámos um estudo longitudinal comparando resultados obtidos da análise de notícias transmitidas pelos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, nos anos civis de 2011, 2012 e 2013. Foram analisadas a evolução do discurso dos OCS ao longo do tempo assim como as diferenças discursivas entre eles. Os resultados obtidos demonstram semelhanças nos temas gerais do discurso e diferenças ao nível da sua especificidade.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

Information portrayed by the media is, for many people, the only way of contact with several events. In spite of this, media speech creates frames which influence people's perception of events, even unbeknownst to them. When the media report events in which certain institutions take part with a nuclear role, that report will be the visible face of the institution to the public, who is not familiar with its routine. This is the case of the Police, which, given its mission of order maintenance, is continuously under media and citizen scrutiny. The existence of different media companies also generates divergences in portrayed information, there being privileged aspects in disregard of others by each media company. It is therefore relevant to understand the structure of this media speech when transmitting information about the Police. Through a qualitative approach, we performed a longitudinal study, comparing results obtained in the analysis of news transmitted by the newspapers *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* and *Jornal de Notícias*, in the civil years of 2011, 2012 and 2013. Evolutions of media speech throughout time as well as differences in speech were analysed. The results show similarities in the broader topics of speech and differences regarding specific elements.

Keywords: mass *media*; social communication; police; policing; major events.

Índice

Índice de Anexos	VII
Índice de Figuras	VIII
Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	3
1. COMUNICAÇÃO	3
1.1 Teorias da comunicação.....	7
1.1.1 Teorias da influência e persuasão.....	8
1.1.2 Teorias da cultura e sociedade	9
1.1.3 Teorias do uso dos <i>media</i>	12
1.2 Jornalismo.....	13
1.3 Notícia.....	17
1.4 Políticas editoriais.....	22
1.4.1 Correio da Manhã.....	25
1.4.2 Diário de Notícias	25
1.4.3 Jornal de Notícias.....	26
2. Polícia.....	27
2.1 Enquadramento e concetualização	27
2.2 A atuação policial em grandes eventos de cariz político.....	30
2.3 A PSP e a sua relação com os <i>media</i>	33
3. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	35
Capítulo II – Método	38
1. ABORDAGEM QUALITATIVA.....	38
2. CORPUS.....	39
3. PROCEDIMENTO.....	40
Capítulo III - Apresentação e discussão dos resultados	40
1. VISÃO GERAL.....	41
2. ORIGEM/FONTES DA INFORMAÇÃO	44
3. OS EVENTOS	51
4. OS PARTICIPANTES NOS EVENTOS	55
Capítulo IV – Conclusões	60
Referências	62
ANEXOS	70

Índice de Anexos

ANEXO 1. Paradigmas dos efeitos.....	71
---	-----------

ANEXO 2. Grelha categorial.....	73
--	-----------

Índice de Figuras

Figura 1. Número de notícias por OCS em cada ano.....	40
Figura 2. Número de u.r. por OCS em cada ano.....	40
Figura 3. Ocorrência percentual das categorias por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	41
Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Direto por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	45
Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indireto por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	46
Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	47
Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento / Descrição por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	52
Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	55
Figura 9. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013.....	57

Introdução

A comunicação foi desde cedo pensada como um dos principais instrumentos, se não o principal, para o exercício de influência nas comunidades humanas. Com o desenvolvimento das sociedades surgiram os meios de comunicação de massas, que possibilitam a circulação rápida e eficaz de informação junto de um grande número de pessoas. Isto fez com que começassem a surgir estudos sobre a capacidade de influência destes meios de comunicação, muitos levando à criação de diferentes teorias da comunicação.

Estas teorias proliferam em número, tentando fornecer sentido ao fenómeno da comunicação e prever as suas consequências a partir de um conjunto sistemático de ideias (McQuail, 2003). Mas esta pretensão não é de todo fácil e linear, uma vez que os modelos teóricos são a todo o momento confrontados com a diversidade de órgãos de comunicação social (OCS) existentes, um público recetor exigente e a evolução permanente das sociedades (Baran & Davis, 2012).

A presença destes OCS é uma realidade geradora de grande celeuma, motivando a procura da compreensão dos seus mecanismos de funcionamento e da influência exercida sobre o público que servem. Os OCS são hoje, para muitas pessoas, a única forma de contacto com vários acontecimentos, dos quais de outra forma provavelmente nunca ouviriam falar (Molotch & Lester, 1999; Pais, Felgueiras, Serra, Machado, & Pereira, 2013). Esta exclusividade releva ainda mais para a necessidade do estudo das características das mensagens veiculadas pelos OCS. Esta necessidade leva-nos a levantar determinadas questões, tais como: Qual a dimensão possível da influência do discurso dos OCS? Existem enviesamentos na transmissão da informação? A perceção dos OCS pode moldar a perceção das pessoas em relação ao acontecimento? Existem assimetrias nos discursos dos diferentes OCS?

Esta influência que os OCS exercem manifesta-se não só para com os acontecimentos mas, também, em relação a instituições como a polícia e mais especificamente a Polícia de Segurança Pública (PSP). O conhecimento sobre as características do discurso de cada OCS faz parte da consciencialização da PSP relativamente ao fenómeno do discurso noticioso, sendo ideal que, com esse conhecimento, possa desenvolver uma estratégia de comunicação mais eficaz.

O facto de os meios de comunicação de massas serem explorados por várias empresas faz com que possam existir diferentes pontos de vista e perceções acerca dos acontecimentos, consoante a linha de trabalho que os seus profissionais habitualmente seguem. Tendo em conta essa especificidade, tomámos como objetivo aferir de

eventuais diferenças, ou não, na transmissão da informação nos OCS da imprensa escrita.

O presente trabalho insere-se na Linha de Investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), que estuda a perceção da comunicação social acerca da atuação policial.

Concretamente, comparámos de forma longitudinal resultados obtidos entre 2011 e 2013, do discurso de três OCS líderes na comunicação de imprensa em Portugal: Correio da Manhã (CM), Diário de Notícias (DN) e Jornal de Notícias (JN).

Assim, organizámos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, é feito um enquadramento teórico sobre conceitos essenciais relacionados com o nosso trabalho, como comunicação, as teorias da comunicação, o jornalismo, a notícia e as políticas editoriais, procurando abrir o caminho à melhor prossecução do nosso objetivo. Abordámos também a PSP e as questões pertinentes relativas à sua atividade em grandes eventos de cariz político. Por fim, expusemos o problema de investigação.

No segundo capítulo cabe a descrição do método utilizado na parte empírica do trabalho, a especificação do *corpus* e o procedimento realizado.

No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos, onde procurámos retirar as inferências mais relevantes dos dados que obtivemos.

No quarto e último capítulo apresentámos as considerações finais, onde procurámos destacar os aspetos essenciais que permitam responder ao problema de investigação.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. Comunicação

A comunicação abrange uma grande diversidade de domínios, assim como vários atos e processos – o silêncio, por exemplo, pode ser considerado comunicação (Rodrigues, 2001). Na procura de uma definição para a comunicação, a abordagem pode ser feita de várias perspetivas que, dependendo daquela em que o investigador se encontra, focará determinados aspetos, dando menos relevo a outros. Estas abordagens podem ser tão diversas como a etimológica, a biológica, a pedagógica, a histórica, a sociológica ou a antropológica, apenas para referir algumas (Monteiro, Caetano, Marques, & Lourenço, 2006).

Atendendo à etimologia do termo, comunicação deriva do latim *communicatio* (Monteiro et al., 2006; Rodrigues, 2011). Conjugando os vários elementos do termo, *co* (reunião), *munis* (uma função ou tarefa) e *tio* (atividade), Monteiro et al. (2006, p. 19) atribuem à comunicação o significado de uma “actividade realizada conjuntamente”. Desta premissa ressalta, em primeiro lugar, a necessidade de existirem sempre dois indivíduos, o emissor e o recetor (Monteiro et al., 2006); em segundo lugar, a importância que a comunicação tem para o desenvolvimento do ser humano e para as relações interpessoais, aos vários níveis.

O conceito de comunicação é também mutável se tivermos em conta o período histórico em que é desenvolvido. Embora não seja possível localizar com exatidão a origem da comunicação oral, Cádima (1996) e Crato (1986) referem, quanto à escrita, os primeiros mitogramas e ideogramas como pontos importantes no seu desenvolvimento, seguidos dos alfabetos fenício e grego. O alfabeto vem colmatar “a necessidade de fazer perdurar em inscrições gráficas as normas de uma sociedade” (Crato, 1986, p. 15) e é um marco particularmente importante que definiu a comunicação até aos dias de hoje. É um “utensílio pelo qual o símbolo pensado se submete à mesma notação na palavra e no gesto (...) [e] implica a subordinação do grafismo à linguagem sonora” (Cádima, 1996, p. 36). A comunicação assume, portanto, uma função de simplificação do registo de acontecimentos. Segundo Rodrigues (2011), na Roma Antiga o conceito era sobretudo associado à participação na democracia e à partilha dos bens coletivos por parte dos cidadãos. Na Idade Média era um termo do Direito Canónico, que designava o direito de participar nos ofícios religiosos. Com a Idade Moderna, passa a designar a ação de tornar algo comum a vários indivíduos e até mesmo o objeto que é comum (Serra, 2007). No século XVII, John Locke (cit in Rodrigues, 2011, p. 21) designa-a como sendo sobretudo um processo de persuasão: “o uso que o homem faz da linguagem para provocar na mente de outro homem as ideias que possui fechadas na sua mente”. Já nos finais

daquele século, a comunicação desvia-se um pouco da troca de informação e ideias e confunde-se com o transporte de pessoas (Serra, 2007). Rodrigues (2011) mostra-nos que, sensivelmente a partir do século XVIII, surgem também novas perspetivas sobre o conceito de comunicação: a de Kant, que se baseia na existência de uma razão ou senso comum partilhada por todos, que possibilita a comunicação; a da conceção da comunicação como as trocas entre os seres vivos e o ambiente, de modo a assegurar a sua sobrevivência e organização, que viria a inspirar o Darwinismo; e, também, a perspetiva proveniente dos ideais iluministas, que funde a comunicação com a informação e a sua transmissão entre as pessoas. No século XX os estudos comunicacionais tiveram um desenvolvimento exponencial, mas também “não é possível dizer que se tenha constituído uma teoria homogênea e consensual” (Rodrigues, 2011, p. 165). Neste século os *media* são a principal designação do conceito e a principal imagem que se forma ao falarmos em comunicação. Esta breve resenha histórica mostra o carácter abrangente da comunicação, a sua influência nas várias áreas científicas e, sobretudo, a sua relação simbiótica com a natureza humana. Em todos os períodos e conceitos referidos, está o Homem como ponto comum, tendo o seu desenvolvimento sido, de uma forma ou outra, moldado pelas inovações do processo comunicacional. Monteiro et al. (2006, p. 51) referem até que “não há uma só atividade humana que não seja afetada ou que não possa ser promovida pela comunicação”.

Daqui partimos para a ideia de que a comunicação é, por excelência, o nosso método de dar sentido ao que queremos transmitir, pois a “comunicação humana é pôr ideias em comum, através da compreensão. O seu grande objetivo é o entendimento entre os homens” (Monteiro et al., 2006, p. 54). Ribeiro (2010, p. 244) refere também que, quando lidamos com a comunicação do conhecimento científico, “é sempre de sentido que falamos: do sentido que devemos dar ao conhecimento, do sentido do próprio conhecimento e, enfim, do sentido do próprio ser humano”.

A comunicação deve ser também conjugada com o meio pelo qual é realizada: a linguagem. Esta constitui o código e o conjunto de símbolos que os intervenientes no processo comunicativo utilizam para se compreenderem mutuamente. Neste processo o emissor codifica a mensagem, que é decodificada pelo recetor, havendo uma resposta deste último (Littlejohn & Foss, 2009). É assim fundamental que o emissor e o recetor compreendam o código e atribuam o mesmo significado aos símbolos que são utilizados (Monteiro et al., 2006). A língua é, para Rodrigues (2001), um bom exemplo das regras que estão incutidas ao processo comunicacional. “As regras são, por um lado, o resultado do processo comunicacional que as institui, mas, por outro lado, são também o quadro que lhe ditam o sentido e o regulam” (Rodrigues, 2001, p. 69). Significa isto que as normas linguísticas e gramaticais a que estamos habituados resultam dos discursos que

estabelecemos e são também condição indispensável para que esses discursos tenham o sentido e o significado que pretendemos.

Na atualidade, surge também a questão das novas plataformas através das quais a comunicação é realizada, como é o caso da Internet ou dos telemóveis. Castells (1999, p. 68) refere que estas revoluções tecnológicas são caracterizáveis pela “sua penetração em todos os domínios da actividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa actividade é exercida”. Ao refletirmos sobre os efeitos destes novos meios de comunicação, faz-se inevitavelmente um exercício de contraposição em relação aos meios ditos tradicionais. Rodrigues (2011, p. 25) refere que estes novos dispositivos possuem a vantagem de “não realizarem todos os processos comunicacionais, podendo realizar alguns de maneira mais elaborada e eficiente”. Assim, nunca podem substituir totalmente o contacto face a face, mas é precisamente por essa razão que conseguem colmatar as limitações de distância da comunicação presencial, conseguindo atingir um maior número de recetores a uma escala global.

Contudo, coloca-se também a questão da compreensão do que é comunicado e em que medida esta pode ser alterada pela proliferação destes novos meios. Cádima (1996, p. 10) fala inclusive de um “analfabetismo do século XXI”, que se traduz na dificuldade em utilizar ou compreender os novos meios tecnológicos como fonte de informação. “A revolução tecnológica na comunicação obrigou a uma maior necessidade de competência no seu exercício” (Monteiro et al., 2006, p. 51). Nesta senda, Correia (2006) refere até que os *media*, hoje, são já muito distintos das formas que assumiam no século XX. Assim, mostra-se indispensável refletir sobre o papel dos *media* e os conteúdos por estes transmitidos. Rieffel (2003) problematiza esta questão, abrindo à reflexão a possibilidade de esta difusão massiva provocar uma uniformização cultural, que apesar disso mantém as desigualdades.

Dada a importância da comunicação para o nosso desenvolvimento pessoal e social e para a transmissão de conhecimento, devemos também procurar realizá-la com eficácia. Para isso é necessário ter em conta aspetos para além das palavras escritas ou proferidas. A comunicação não é um processo tão simples que se regule apenas pelas regras cabais da língua. Ao comunicar utilizamos processos cognitivos, que são um “trabalho mental de inferência daquilo que queremos dizer a partir daquilo que dizemos” (Rodrigues, 2007, p. 2). Conforme refere Wertheim (2008), para uma comunicação eficaz devemos também ter em conta a linguagem não-verbal, que muitas vezes revela muito mais do que aquilo que é dito. Prestamos atenção à postura, aos gestos, à voz e à entoação que se dá às palavras, e até o espaço envolvente tem uma grande influência na forma como processamos o que ouvimos, consoante estejamos confortáveis ou não. Petty e Cacioppo (1981), por sua vez, abordam a relação entre a retenção, por parte de

quem ouve, daquilo que é dito e os fatores relacionados com a fonte, a mensagem em si, o recetor e o canal de comunicação. Relativamente à fonte fatores como a sua credibilidade, aspeto físico, semelhanças com o recetor e o poder, vão influenciar a opinião que é criada. Quanto à mensagem, têm influência fatores como a compreensibilidade, o número de argumentos apresentados, a inclusão de uma recompensa pela concordância com o que é dito, referências a algo que gera receio no destinatário ou que o diminui, a existência ou não de ambiguidade, entre outros. As próprias características do recetor também têm influência no sentido que este atribui à mensagem, tais como a inteligência, a autoestima, ou o género de pertença. Por fim, quanto ao canal, a principal variável é a utilização ou não de comunicação cara a cara, tendo esta tendencialmente mais impacto.

Morreable, Osborne e Pearson (2000) abordaram a importância dos estudos da comunicação, defendendo que é uma área que deve ser alvo de formação específica, pois contribui sobretudo para quatro fatores: “o desenvolvimento da pessoa; a melhoria do sistema educativo; o desenvolvimento da cidadania; e o sucesso na carreira e no empreendedorismo” (p. 1). A preponderância da comunicação nos dias de hoje é também evidenciada na própria designação de “sociedade da comunicação”, por vezes usada para caracterizar a sociedade atual (Monteiro et al., 2006; Rieffel, 2003; Serra, 2007). Segundo Serra (2007), isto não invalida que a comunicação fosse um assunto relevante nas sociedades anteriores, mas este conceito toma forma a partir da análise de cinco componentes fundamentais: “a tecnológica, a ideológica, a política, a económica e a cultural” (Serra, 2007, p. 73). A componente tecnológica prende-se com a automatização e a mundialização da comunicação, possibilitada pelas telecomunicações; a ideológica, com a livre circulação de informação, vista como a solução para os problemas que afetavam o mundo após a Segunda Guerra Mundial; a política, com a importância da comunicação na tomada de decisões e na escolha dos governos; a económica, com a valorização dos bens informacionais e culturais em detrimento dos materiais, característica do pós-industrialismo (Bell, 1999); e, por fim, a cultural, que se prende com a possibilidade de unir o global e o local. Vemos assim, mais uma vez, o carácter totalizante da comunicação, que determina a experiência que temos do mundo e as aprendizagens que daí vamos retirando. Como dizem Littlejohn e Foss (2009, p. lii): “a comunicação constrói o mundo social ao invés de simplesmente fornecer os meios para o descrever”. Dada esta capacidade de toda a dimensão comunicacional, as instituições que detêm meios tecnológicos para a realizar em massa possuem uma posição social privilegiada. É o caso dos OCS, que podem facilmente instrumentalizar a comunicação (Rodrigues, 2011), imbuindo as suas mensagens com características próprias de cada publicação. Cada OCS, ao relatar o acontecimento, está a transmitir uma construção da

realidade com uma influência, ainda que pequena, do jornalista que redige, que nunca será exatamente igual à de outro OCS.

1.1 Teorias da comunicação

Para Traquina (2005), as teorias e os estudos que abordam a comunicação e o jornalismo procuram sobretudo responder a questões como qual o papel dos jornalistas na construção das notícias e o motivo de estas serem como são. Contudo, o mesmo autor considera também que ainda não existe uma resposta pura e perfeita a estas questões. Littlejohn e Foss (2009, p. 957) definem teoria como “um conjunto unificado e coerente de proposições que fornecem uma representação filosoficamente consistente sobre um dado tema”. Traquina (2005) refere, porém, que no campo da comunicação o conceito ‘teoria’ pode não englobar automaticamente um raciocínio de princípios e proposições que expliquem o fenómeno, daí afirmando que a utilização do conceito pode ser debatível.

Apesar de, como veremos adiante, a aceitação das diferentes teorias ser maior ou menor durante um certo período histórico, Wolf (2003) apresenta três fatores para além da ordem cronológica: o contexto social, histórico e económico em que apareceu a teoria; o tipo de teoria social implícita na teoria comunicacional; e o processo comunicativo apresentado pela teoria. Se tivermos em conta a intermutabilidade das teorias (Traquina, 2005), podemos concluir, como refere Wolf (2003, p. 21), que “a análise das relações existentes entre os três fatores permite articular as conexões entre as diversas teorias dos meios de comunicação e especificar qual foi (e porquê) o paradigma dominante em diferentes períodos”.

Um dos pontos que exige ponderação na abordagem desta temática é, naturalmente, a multiplicidade de teorias existente, que pode causar alguma incerteza e dificuldade em absorver a grande quantidade de informação existente (Monteiro et al., 2006; Baran & Davis, 2012). Esta variedade de teorias é, inclusive, denominada por Serra (2007, p. 33) como “um plural extremamente problemático”. Contudo, Craig (1993) apresenta uma perspetiva holística: a par da grande produção de teorias e da confusão sobre a sua natureza e objetivos, estão as mudanças um pouco por todo o campo das Ciências Sociais e Humanas, que inevitavelmente produzem transformações também nas ciências comunicacionais. Daí a questão ter uma génese muito mais ampla: as diferentes teorias surgem impulsionadas também pelas mudanças do panorama social, não se limitando à comunicação ou ao jornalismo. Mas existem também autores que defendem a possibilidade de uma unificação de teorias, nomeadamente Castro (2013) e Sousa

(2005). Este último autor aponta três critérios fundamentais para este processo: clareza, brevidade e capacidade de previsão.

Esta variedade de teorias e a diversidade de processos que nelas estão implícitos produzem de facto uma miríade de interpretações possíveis sobre o fenómeno comunicacional e os efeitos resultantes da interação entre os *media* e o público. No campo dos referidos efeitos, estes foram também estudados sob a visão de três paradigmas, o paradigma dos efeitos poderosos, o paradigma dos efeitos limitados e o paradigma dos efeitos cumulativos (Littlejohn & Foss, 2009). Para um aprofundamento destes paradigmas, deve ser consultado o Anexo 1. Por limitações de espaço, abordaremos as teorias que considerámos serem mais relevantes no estudo da comunicação enquadradas em três categorias: as teorias da influência e persuasão, as teorias da cultura e sociedade e as teorias do uso dos *media*.

1.1.1 Teorias da influência e persuasão

Este campo das teorias comunicacionais foca-se na influência que os *media* exercem nos comportamentos e pensamentos do indivíduo (Littlejohn & Foss, 2009).

Por volta da década de 1920, a opinião geral preconizava que os *media* tinham um efeito direto e imediato nos indivíduos, sendo que estes respondiam de uma forma mecânica às mensagens transmitidas (Sousa, 2006), com uma simples relação estímulo-resposta. É neste contexto de elevada crítica sobre os poderes nefastos dos *media* (Baran & Davis, 2012) que surge a teoria das agulhas hipodérmicas. Por esta razão e também derivado à conjuntura histórico-política em que esta teoria está inserida, pode ser descrita “como sendo uma teoria da propaganda e sobre a propaganda” (Wolf, 2003, p. 22), “que visa levar os indivíduos a responderem de forma mais ou menos dócil, uniforme e homogênea aos estímulos que lhes são fornecidos pelos *media*” (Serra, 2007, p. 66). Esta teoria dá portanto pouca importância ao indivíduo e à sua capacidade de seleção, este apenas é visto como parte de uma “massa uniforme e passiva” (Sousa, 2006, p. 493).

No entanto, com o decorrer do tempo a visão de um “público passivo e acrítico” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624) começou a revelar-se desajustada. Atribuindo uma maior autonomia ao indivíduo na interpretação da informação que recebe, surge nos anos 1960 a teoria da cognição social, que procura determinar os métodos e as razões pelos quais o público adapta aquilo que vê nos *media* (Littlejohn & Foss, 2009). A sua abordagem centra-se sobretudo na aquisição de várias aprendizagens e conhecimentos através dos *media*, que proporcionam esse contacto mesmo antes da primeira experiência própria com o fenómeno. Esta teoria procura mensurar até que ponto os *media* podem

desempenhar essa expansão das possíveis experiências do indivíduo, que normalmente estariam limitadas pelas condicionantes de tempo e espaço.

Associado aos estudos sobre a persuasão está também o *Elaboration Likelihood Model* (ELM), que procura identificar as formas de exercer essa persuasão. Segundo este modelo, existem duas vias de persuasão: a via central e a via periférica (Anastasio, Rose, & Chapman, 1999; Littlejohn & Foss, 2009). A via central está relacionada com o uso de um raciocínio crítico para a tomada de decisão, em que o indivíduo toma em linha de conta os factos comprovados que conhece. Quanto à via periférica, esta diz respeito às situações em que o indivíduo não utiliza a capacidade cognitiva por limitações de tempo ou por estar sujeito a uma influência externa (por exemplo de outras pessoas). Littlejohn e Foss (2009) identificam a via central como sendo mais ponderada e importante, enquanto a via periférica é associada por Anastasio et al. (1999) a situações em que não é possível, por falta de motivação ou capacidade, usar todos os recursos cognitivos. Sousa (2006, p. 499) refere a “existência de mecanismos individuais de defesa contra a persuasão”, que nos permitem evitar a exposição a assuntos que não apreciamos e filtrar os conteúdos que nos são apresentados de acordo com a sua relevância. No entanto, dado a via periférica ser algo frequente (Anastasio et al., 1999), poderão esses mecanismos de defesa estar comprometidos, com uma exposição continuada a representações de uma dada conduta por parte de uma organização? A título de exemplo, consideremos notícias de imprensa relativas a manifestações políticas com presença policial. Hipoteticamente, se os jornais veiculassem em todas as suas notícias um discurso apontador de uma atuação repressiva por parte da Polícia, formar-se-ia um constructo mental associando automaticamente a força de segurança à violação dos direitos, liberdades e garantias, pois “quanto mais acessível um constructo, maior a probabilidade de ser usado para processar e interpretar a informação (Bruner, cit. in Bushman, 1998, p. 538).

Esta tendência para o uso da via periférica, associada a estereótipos sobre a atuação policial, formados pela sucessiva exposição às notícias de carácter mais violento, pode gerar um enviesamento na perceção dos acontecimentos, pois pode ser ignorada a via central e elementos importantes como a credibilidade da fonte ou a carga de subjetividade que pode estar presente na notícia.

1.1.2 Teorias da cultura e sociedade

As teorias que se inserem neste campo fazem a análise ao nível macro, focando-se nos efeitos produzidos na sociedade e na sua cultura como um todo (Littlejohn & Foss, 2009).

Uma das teorias mais prementes sobre a relação entre os *media* e a sociedade é a teoria do agendamento, ou *agenda-setting*. A teoria do *agenda-setting*, da qual são precursores McCombs e Shaw (1972), reestrutura a ideia existente na primeira metade do século XX, que hiperboliza a capacidade dos *media* de dominarem a ordem social (Baran & Davis, 2012). O *agenda-setting* baseia-se na premissa de que “os assuntos que são alvo de grande cobertura mediática são aqueles que as pessoas percecionam como os mais importantes” (Miller, 2007, p. 689).

Já na década de 1970, McCombs e Shaw (1972) referiam que o público recebia a maior parte da informação através de intermediários – os *mass media*. Esta realidade coloca inevitavelmente nos *media* uma ampla possibilidade para veicular determinados temas para a agenda de discussão pública. Contudo, como referimos acima, ao invés de se considerar uma influência dogmática dos *media*, típica da teoria hipodérmica, estes estabelecem “aquilo em que pensar e não o que pensar” (Cohen, in McCombs e Shaw, 1972, p. 177). O efeito não é de imposição mas sim de indicação, daí Littlejohn e Foss (2009, p. 625) referirem:

Os *media* (e especificamente os *media* noticiosos) podem influenciar a percepção do público em relação ao que é importante considerar e debater. Quanto mais alguém vê um assunto ser tratado nas notícias, maior será o seu sentimento de que esse é um assunto importante.

Decorrendo do próprio termo, os *media* estabelecem assim uma agenda de discussão, ou seja, “uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir” (Shaw, cit. in Wolf, 2003, p. 144). Esta definição é ainda reforçada por McQuail (2003, p. 497), que refere que “a influência dos *media* não é na direcção da opinião, mas apenas nos temas em que as pessoas pensam”.

McQuail (2003) aponta ainda um outro aspeto importante ao considerarmos o *agenda-setting* – a ordem pela qual as notícias são apresentadas. Esta terá influência, mais do que o contacto com determinado assunto, na importância que o público lhe dá, ao confrontá-lo com outros e decidir sobre quais debater. Apesar de este ser um conceito sobretudo abordado na área mediática, Sousa (2006, p. 501) refere que esta é “uma capacidade não intencional nem exclusiva [dos *media*] de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento”.

Miller (2007) contrapõe ainda dois fatores para compreender o fenómeno do *agenda-setting*: a acessibilidade e o conteúdo do assunto em si. A autora defende que considerar a acessibilidade como o fator principal na determinação da agenda é algo depreciador da capacidade do público em avaliar a informação que lhe é apresentada.

Isto é, mesmo que os *media* abordem determinado assunto repetidamente (tornando-o mais acessível à memória), o público utilizará um filtro de relevância para determinar se esse assunto é de facto digno desse destaque, com base no seu conteúdo (Miller, 2007).

Uma outra característica desta teoria é a sua unilateralidade, uma vez que considera apenas a influência que parte dos *media* para o público. Este aspeto não é incontestado e Uscinski (2009, p. 811) propõe que os “*media* podem focar-se em certos assuntos apenas quando a opinião pública o exigir (...) [pelo que] o público tem um papel na formação do panorama de informação”.

Dado o importante papel que os *media* têm na exposição dos assuntos, a forma como os expõem vai também determinar os esquemas interpretativos (Druckman, 2001a; Druckman, 2001b) que fornecem aos cidadãos. A difusão destes esquemas é denominada por Druckman (2001a) de enquadramento (*framing*). McQuail (2003) apresenta também uma definição para o enquadramento, assente em dois pontos: o primeiro relacionado com o conteúdo, que “é tipicamente marcado e enquadrado pelos jornalistas num dado contexto familiar de referência e (...) significado” (McQuail, 2003, p. 501). O segundo “tem a ver com o seu efeito no público. A audiência adopta os quadros de referência oferecidos pelos jornalistas e vê o mundo de maneira semelhante” (McQuail, 2003, p. 501). Druckman (2001a) menciona ainda a existência destes esquemas na comunicação e no pensamento. No que concerne ao pensamento, “um esquema interpretativo revela quais os elementos que um indivíduo vê como importantes para compreender uma situação” (Druckman, 2001a, p. 228). Já os esquemas na comunicação irão moldar os esquemas do pensamento e é nesta fase que Druckman (2001b) indica ocorrerem os efeitos do *framing*. Estes efeitos ocorrem quando, “na descrição de um acontecimento, a ênfase dada pelo transmissor a certos aspetos faz com que os indivíduos se foquem neles ao construírem as suas opiniões” (Druckman, 2001b, p. 1042). Autores como Kinder, Herzog, Sniderman e Theriault (in Druckman, 2001b) apresentam preocupação em relação à disponibilidade das elites em utilizar estes esquemas interpretativos para manipular a opinião pública. E entre essas elites estão precisamente os proprietários dos principais OCS. Contudo, uma característica fundamental a ter em conta no utilizador dos *frames* é a sua credibilidade, que se enquadra nos limites dessa utilização, apresentados por Druckman (2001b). O público não aceita de forma acrítica qualquer esquematização que lhe é apresentada, estes efeitos podem pelo contrário ser uma “demonstração de que os cidadãos procuram orientações em fontes credíveis” (Druckman, 2001b, p. 1061).

Na abordagem das teorias sobre a sociedade, uma que se afigura incontornável é a teoria da espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1984). McQuail (2003) refere que esta teoria é apenas uma parte da teoria da opinião pública de Noelle-Neumann (1984) e

interliga quatro elementos essenciais: “os *media* de massas; comunicação interpessoal; expressões individuais de opinião; percepções que os indivíduos têm do ‘clima de opinião’” (McQuail, 2003, p. 467).

Dada a sua natureza, constituiu também uma “ruptura com as teorias dos efeitos limitados da comunicação social” (Sousa, 2006, p. 507). Uma vez que estas se caracterizavam por colocar a capacidade de decisão no indivíduo, relegando para segundo plano o poder mediático, esta teoria vê agora o indivíduo como dependente da opinião maioritária e por isso expressando-se apenas se a sua visão for conforme àquela. Esta atitude deve-se ao medo do isolamento e à procura de integração e conformidade social através dessa coincidência de opiniões (Sousa, 2006). Desta forma, as pessoas “tendem a esconder os seus pontos de vista se sentem que estão em minoria e estão mais dispostas a expressá-los se pensam que são dominantes” (McQuail, 2003, p. 468). Littlejohn e Foss (2009) referem então que, no caso do isolamento, se este for prolongado pode, eventualmente, levar a uma mudança de opinião. Abordando também o trabalho de Noelle-Neumann (1984), Salmon e Kline (1983) apresentam uma crítica, na medida em que a teoria desconsidera os indivíduos que têm uma grande afinidade e confiança ao discutir o tema, não necessitando da conformidade com a maioria.

Assim, esta teoria sintetiza-se em dois aspetos fundamentais: na “presunção de que as pessoas não gostam do isolamento e que a sociedade tende a isolar aqueles com posições desviantes daquela que predomina” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 625).

1.1.3 Teorias do uso dos *media*

O último campo de teorias foca-se não tanto nos efeitos da interação dos *media* com as pessoas e a sociedade mas, sim, nos motivos que levam à sua utilização (Littlejohn & Foss, 2009). A teoria mais comum aqui inserida é a dos usos e gratificações, na qual está patente a procura de razões que levam o indivíduo a optar por um determinado meio de comunicação. De acordo com Littlejohn e Foss (2009), esta escolha pode estar relacionada com a necessidade específica que o indivíduo sente no momento. No que toca à informação, o indivíduo pode, de entre os vários meios, jornais, televisão, rádio, entre outros, escolher aquele que de acordo com a sua experiência seja mais frugal. Se a sua necessidade for entretenimento, os seus critérios serão diferentes e pode escolher outro meio (Littlejohn & Foss, 2009).

Sousa (2006) refere que esta teoria rompe com os modelos tradicionais, pois não estuda a direção meio-indivíduo, mas sim o uso que as pessoas fazem desse meio comunicacional e Blumer (in Sousa, 2006) salientou três motivos essenciais para a escolha: a orientação cognitiva, o entretenimento e a identificação pessoal. Este processo

implica inevitavelmente que a subjetividade de cada um está presente na escolha do meio, logo não podemos associar um deles como melhor para um determinado motivo. Não obstante, Littlejohn e Foss (2009) identificam padrões nas escolhas (aquelas que são mais comuns), que podem por sua vez levar a padrões nos efeitos derivados da exposição aos *media*.

1.2 Jornalismo

Fazendo uma breve alusão histórica ao jornalismo, este nasce da necessidade de transmissão das novidades e histórias relevantes nas primeiras comunidades (Sousa, 2001). Na Grécia Antiga tomava forma de relatos de experiências próprias, com uma estrutura de relato mais formal e na Roma Antiga eram publicadas as Actas, antepassados dos jornais modernos com os assuntos mais importantes do Império (Sousa, 2001). Mas a grande massificação arranca sem dúvida com Gutenberg, com o aparecimento das tipografias e a reprodução mecânica da escrita. Ressalve-se que já existiam métodos mecânicos há vários séculos no Extremo Oriente, mas Gutenberg aperfeiçoou-os e beneficiou da situação económico-social Renascentista (Crato, 1986). O jornalismo, sensivelmente como o conhecemos hoje, “remonta ao século XIX, o século da industrialização da informação e da cultura” (Lopes, 2010, p. 1). É durante este século que “os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros” (Traquina, 2002, p. 20). Traquina (2002) prossegue, ainda, referindo que o jornalismo evoluiu até ao seu estado atual devido a dois fatores nucleares: a comercialização da atividade e a profissionalização dos jornalistas.

Quanto à sua definição, não existe uma que seja estanque, pois na comunicação jornalística confluem diversas variáveis, como o tipo de OCS, o jornalista que faz a reportagem e o contexto do acontecimento, que influenciam a análise que fazemos (Sousa, 2001). Uma noção possível de jornalismo será “a comunicação periódica a um público massivo ou especializado, através dos meios de comunicação social, de um facto que acaba de suceder, de ser descoberto ou que está previsto ocorrer num futuro mais ou menos próximo” (Fontcuberta, 1999, p. 15). Sousa (2001, p. 13) descreve-o simplesmente como “uma forma de comunicação em sociedade”. Lopes (2010, p. 1) acrescenta ainda outros elementos, sendo o jornalismo “uma construção narrativa apoiada na linguagem, na palavra, uma construção narrativa de realidade, submetida a determinada técnica e sujeita a determinadas regras e gramática”. Partindo destas noções e da profissionalização supra mencionada, sobressai a ideia de que o jornalismo se rege por um conjunto de regras e processos estabelecidos, assim como

pela “linguagem dos jornalistas, fortemente condicionada por normas e convenções estilísticas” (Correia, 1995, p. 2).

Nesta senda, um dos aspetos mais interessantes a abordar é a controvérsia sobre a objetividade presente (ou a medida dela que deve estar presente) no jornalismo. Sousa (2001, p. 45) refere que “para o campo jornalístico o conceito é diferente e corresponde à noção de que as notícias podem ser o espelho da realidade”, diferindo do conceito filosófico e estrito do termo, que é o conhecimento total e perfeito de um objeto, ou neste caso acontecimento. Certos estudos tradicionais concebem o jornalismo como uma espécie de intermediário na captação que o cidadão tem da sociedade (Borelli, 2005), sendo defensores acérrimos da objetividade pura. Outros autores são menos compassivos com esta noção tradicional de objetividade e sinalizam uma mudança de paradigma, afirmando que vão “caindo por terra dogmas tradicionais, como o da objetividade” (Borelli, 2005, p. 4) [e que] “o jornalismo deixa de ser um lugar de passagem, de reprodução, de um mero veiculador e relator dos factos” (Borelli, 2005, p. 4).

Uma vez que os *media* transformam a vida em sociedade, modificando os veículos de ação, interação e exercício do poder (Correia, 1995), denota-se uma responsabilidade dos OCS, que tem de ser cada vez maior, em garantir a integridade na recolha, no tratamento e na apresentação da informação ao público, pois “o jornalismo é um dos ‘lugares privilegiados’ para construção da actualidade e realidade social” (Borelli, 2005, p. 6). Uma vez que “a produção de informação é uma actividade complexa e multifacetada, resultado de inúmeras intervenções e pressões” (Lopes, 2010, p. 1), parece-nos sensato abordar a objetividade de uma perspectiva equilibrada. Isto significa que a objetividade não é passível de ser alcançada na totalidade, pois está sempre presente a descodificação e codificação da informação pelo jornalista, mas é também necessário procurá-la o mais possível, procurando suprimir cargas subjetivas quando se trata do simples relato de factos. Nesta linha, “a objectividade deve ser entendida como uma marca ideológica ou um conjunto de procedimentos tendentes a suportar a credibilidade do relato jornalístico” (Correia, 1995, p. 5). A sua aplicação passa por reconhecer ambos os fatores – o rigor da descrição factual e o peso do perfil do jornalista. No campo do jornalismo, a objetividade é até por alguns associada a “descrever factos verificáveis e verificados, citar fontes credíveis, contrastar fontes” (Sousa, 2001, p. 46). Ao conseguir atingir este equilíbrio, o jornalista conseguirá fazer uma introspeção sobre a influência que a sua perceção pessoal está a ter na função que desempenha (Govier, in Correia, 1995).

Ao falar de jornalismo, torna-se também pertinente falar da sua finalidade – “informar, com intenção de isenção e verdade” (Sousa, 2001, p. 14). Dada a sua grande

influência na tomada de conhecimento e formação de opinião do público, os jornalistas devem ter sempre presente a exigência da tarefa de informar: “requer atenção, perspicácia, vivacidade de espírito e inteligência para a recolha da informação (Gradim, 2000, p. 19). Esta exigência é agudizada pelo facto de os *media* terem um papel crescente até na formação do próprio indivíduo. Como refere Thomson (in Correia, 1995), as próprias atribuições de significado que o indivíduo faz aos elementos que estão em seu redor, são também moldadas com a utilização dos *media*. Devemos aqui referir que o domínio dos meios de comunicação não é absoluto e incontestado. Uscinski (2009, p. 799) preconiza o “modelo determinado pelo público”, que altera os assuntos abordados pelos meios de comunicação consoante as preferências do público. Miller (2007) demonstra, por sua vez, que o público efetua uma reflexão sobre os conteúdos veiculados pelos *media*, utilizando-os ou não para as suas decisões consoante a relevância daqueles. Autores como Gradim (2000, p. 7) atribuem uma importância rígida a esta função de informar, afirmando que, “sendo o jornal uma empresa que produz e divulga notícias, não pode servir interesses criados, nem outros interesses além do seu interesse de informar”. Contudo, não podemos deixar de ter em conta que qualquer empresa jornalística é o sustento das pessoas que nela trabalham. O jornalismo é também um negócio e o cumprimento de orçamentos e a atração de clientes (leitores) é uma responsabilidade dos gestores do jornal (Kovach & Rosenstiel, 2004). Correia (2006) expõe como um dos principais problemas hodiernos do sistema dos *media* a comercialização da informação, chegando até a fundir-se o campo jornalístico e o campo dos negócios, devido à “importância predominante adquirida pelo factor económico neste sector” (Correia, 2006, p. 27).

O jornalismo pode desempenhar também uma função social, sendo que muitos jornais apelidam-se de defensores das populações. Sousa (2001) chega até a referir que o jornalismo deve sobretudo desempenhar a sindicância dos poderes na democracia. Contudo, não quer isto dizer que se deve considerar o jornalismo uma atividade cuja única atribuição é a fiscalização, quase num âmbito legalista.

Tal como em qualquer profissão, os jornalistas fazem naturalmente uso das suas capacidades e valências, deixando a sua nota de subjetividade no trabalho produzido. Por exemplo, a criação e difusão da notícia, que é parte indissociável do jornalismo, implica sempre o uso de critérios e experiência profissional por parte dos jornalistas. Estes têm de efetuar a seleção do que é relevante, certificar-se que possuem todos os dados relevantes e tratar essa informação (Rebelo, Mendes, & Brites 2010). Deve, por isso, ser aproveitado o seu potencial para a interação entre o poder político e os cidadãos e para a própria cidadania, constituindo “uma possibilidade adicional de reorientação de seus conceitos e práticas” (Sampaio, cit. in Borelli, 2005, p. 8).

Para este processo de organização e tratamento de informação, os jornalistas estão inevitavelmente dependentes das fontes de informação, pois estas “são um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas” (Sousa, 2001, p. 63). Podemos considerar fonte de informação “toda e qualquer coisa que possua informação passível de ser notícia” (Simão, 2007, p. 20). Na categorização proposta por Sousa (2001), existem fontes humanas, documentais e eletrónicas, entre outras, no que respeita à sua natureza. Quanto à sua proveniência, estas podem ser internas ao órgão que informa, externas ou mistas. No que respeita à familiaridade que têm com o tema ou acontecimento, dividem-se sobretudo em primárias e secundárias. As primárias têm ou tiveram uma relação direta com o assunto em questão, por exemplo uma testemunha ou um documento oficial. As secundárias têm uma relação indireta, por exemplo alguém que relata algo que por sua vez já lhe foi contado. São aspetos definidores da qualidade da fonte “a representatividade, a credibilidade e a autoridade” (Sousa, 2001, p. 71). A representatividade está relacionada com o número de pessoas que representa. Se esta falar em nome de muitos, considera-se mais representativa. Mas mesmo que não represente outras pessoas, a fonte pode ter influência pelo ideal que representa, podendo ser um com que o leitor se identifica. Já “a credibilidade e a autoridade de uma fonte andam lado a lado” (Sousa, 2001, p. 72). Será de esperar que estas estejam presentes, por exemplo, num responsável máximo por uma organização que presta declarações sobre ela. No entanto, não podemos ter este dado como garantido. Naturalmente, o perfil pessoal coloca umas pessoas mais à vontade do que outras em qualquer função, não apenas em gestão. E a informação que se recebe de qualquer fonte deve ser sempre confirmada com segurança, não tomando a credibilidade como garantida (Monteiro et al., 2006).

Simão (2007) e Sousa (2001) realçam também dois aspetos importantes relativamente às fontes. Primeiro, a verificação das mesmas: “o facto de uma fonte ser credível não implica, logicamente, que se aceite sem verificação e contrastação aquilo que a fonte diz” (Sousa, 2001, p. 72). A verificação cuidada e feita de acordo com a experiência que o jornalista tem daquela fonte, é também uma maneira de manter a confiança do público (Simão, 2007). Segundo, o interesse das fontes. Sousa (2001, p. 64) define as fontes interessadas como “as fontes profissionais de informação”, ou seja, os profissionais de Relações Públicas. “O jornalista deve pois prestar atenção a todas as informações que lhe são transmitidas e também àquelas que não lhe são” (Simão, 2007, p. 22), especialmente ao interagir com estes profissionais.

Em suma, na conjugação de todos estes aspetos e de muitos outros que não é possível aqui desenvolver, o jornalismo assume-se como uma atividade complexa e fascinante, que acaba por estar presente no quotidiano de todos. Tanto os seus

profissionais como os teóricos da área mantêm a procura de atribuição de sentido aos acontecimentos do mundo, essa “atitude epistemológica que percorre o jornalismo e se manifesta na crença da adequação entre os enunciados e os factos” (Correia, 1995, p. 1).

1.3 Notícia

Embora a notícia possa ser entendida como toda e qualquer produção jornalística (Sousa, 2002), torna-se necessária uma tentativa de delimitar o seu conceito. O primeiro aspeto que sobressai nessa tentativa é a multiplicidade de conceitos existentes, cada um com argumentos válidos. Cascais (1999) relembra ainda que, para além da sua pluralidade, os conceitos de notícia são estruturados de acordo com a época em que se inserem. Cardet (1980) identifica a notícia como um “facto actual com interesse geral” (p. 38), considerando-se a atualidade um período de 24 horas e o interesse geral aquilo que interessa a muitas pessoas, dependendo da região a que a notícia respeita. O mesmo autor refere também que estes dois critérios têm de estar presentes para existir notícia e são apreciados pelo repórter e pelo leitor de maneiras diferentes, tendo em conta as suas características e experiências pessoais.

Fontcuberta (1999, p. 64) afirma que a notícia é um texto que deve relatar “a informação máxima sobre um facto no menor tempo ou espaço possíveis e com a maior eficácia comunicativa” procurando obter, portanto, a concisão, que é um dos princípios basilares para o texto jornalístico (Sousa, 2001). Contudo, Cascais (1999) refere que mais importante que o seu conceito é a análise funcional da notícia. Nesta senda, pretende-se analisar os fatores que estão por detrás de todo o seu processo de criação, assim como a sua evolução.

Quando a imprensa dava os primeiros passos, o conceito de informação não coincidia com o atual. A ideia vigente era a de que o leitor lia o jornal na íntegra e não se considerava sequer a ordenação das notícias para o interessar (Fontcuberta, 1999). Atualmente são tidas em conta diferentes considerações para elaborar uma notícia, tais como os tópicos que são mais importantes ou populares e a ordem pela qual a informação é apresentada. Neste sentido, a notícia é o resultado de um processo que começa por determinar “o que, em cada momento, em cada dia, é notícia” (Cascais, 1999, p. 8). Esse processo materializa-se na atividade jornalística, ou pelo menos em grande parte dela, na medida em que esta pretende construir as notícias a partir dos acontecimentos e informações (Gaillard, 1971). Fontcuberta (1999) refere também que a descrição do acontecimento na notícia varia consoante o seu destinatário e a importância que o assunto possa ter para este último. Ou seja, o jornal efetua o relato conforme as características do seu público e segundo as informações que possui acerca das suas

preferências. De igual modo, o jornal procurará aferir das posições ideológicas, políticas ou culturais do público, dando uma visão dos acontecimentos sob essa perspetiva.

A notícia é também resultado de uma necessidade natural do ser humano de se informar e saber mais sobre o que acontece à sua volta. Aliás, pode dizer-se que a notícia advém da conjugação complexa entre a necessidade de nos informarmos, a capacidade de transmitirmos essa informação e as técnicas próprias dos *media* que a publicam (Molotch & Lester, 1999).

Correia (2009) caracteriza a notícia como sendo, por defeito, relevante e geradora de discussão. Mas, como refere o mesmo autor, “a questão que se coloca é a de saber quais os acontecimentos que são relevantes e actuais para poderem dar origem ao tipo de enunciado que designamos por notícia” (Correia, 2009, p. 6). Por forma a poder responder a essa questão, é realizado um complexo processo de criação que irá ser influenciado por fatores endógenos, ao jornalista e ao jornal, e exógenos, relacionados com o próprio desenrolar dos acontecimentos e com as condicionantes externas de tempo e espaço.

O processo que culmina na notícia é dividido em procura, escolha e redação (Gaillard, 1971; Monteiro et al., 2006). A procura pode traduzir-se no trabalho do tradicional repórter de campo, na pesquisa nos meios de informação ou nos outros OCS, que deve ser sistemática e rigorosa, não esquecendo que a informação pode por vezes chegar ao jornal por iniciativa externa (Monteiro et al., 2006). Mais relacionados com o tema do nosso trabalho estão a escolha e a redação. É nestas duas fases de produção da notícia que mais se podem evidenciar diferenças entre os OCS que as publicam. Tal como refere Gaillard (1971), é impossível para os jornais publicarem tudo aquilo que diariamente lhes é comunicado. Por essa razão, a fase de escolha passa, numa primeira instância, por seleccionar os acontecimentos que vão ser noticiados e publicados. Em segunda instância, faz-se a filtragem, de entre as notícias que serão publicadas, daquelas que receberão maior destaque e espaço no jornal. Dada a complexidade que existe nessa escolha, verifica-se que “as notícias são uma construção social, o resultado da intersecção entre um processo de produção centrado na sala de redacção e o ambiente de trabalho envolvente que define os limites desse processo” (Correia, 2011, p. 79). Neste âmbito, Gaillard (1971) e Monteiro et al. (2006) afirmam que a escolha é feita em função de três critérios principais: a atualidade, a significação (estes dois ligados ao acontecimento) e o interesse (ligado ao jornal e ao seu público). A atualidade é especialmente tida em conta quando a notícia tem aplicação prática, ou seja, é suscetível de criar uma reação no público potencialmente interessado. É o caso do anúncio de uma manifestação política, pois é fundamental que as pessoas interessadas em participar saibam dela o mais rápido possível. Gaillard (1971) aponta também a atualidade como

um elemento focalizante. Um acontecimento importante ligado a um determinado povo, por exemplo, pode constituir uma oportunidade para elaborar um artigo mais detalhado sobre esse povo, que caso contrário atrairia pouca atenção.

A significação está relacionada com o impacto que o acontecimento terá, contudo, depende sempre de uma análise por parte do jornalista para decidir se merece ser publicado e qual a importância a atribuir-lhe.

O interesse é um critério que tem a ver com a atitude que se espera, por parte do público, face ao acontecimento (Gaillard, 1971). Entram em cena fatores como as implicações diretas que o acontecimento tem na vida do leitor, o conhecimento que este já tem ou não do assunto, a distância geográfica e até a ligação emocional ao assunto. Para poder contrapor estes fatores, o jornalista – e, por extensão, os OCS – estudam o seu público-alvo, assim como as suas reações às notícias. Por fim, para além dos critérios enunciados, que são universais à generalidade da imprensa, existem critérios “próprios de cada empresa de imprensa” (Gaillard, 1971, p. 28), o que faz com que se criem assimetrias no conjunto e no conteúdo das notícias de cada OCS.

Retomando a explicação das fases que mencionámos anteriormente (procura, escolha e redação), temos de seguida a redação. Aqui entra em cena, sobretudo, a capacidade dos jornalistas e editores para a elaboração do texto em concreto. Devem ser observadas, desde logo, as regras gramaticais e ortográficas da língua e também as características próprias do estilo jornalístico. Monteiro et al. (2006) afirmam que o estilo utilizado pelos jornais contemporâneos deve pautar-se pela simplicidade, concisão e vivacidade. Por fim, a redação deve também ter em conta a estrutura da notícia e quais os aspetos que serão colocados em cada parte da mesma, ponto que desenvolveremos de seguida. Monteiro et al. (2006) consideram ainda existir uma quarta fase na produção das notícias, que é o seu tratamento final. Esta fase desenrola-se já em consonância com a impressão do jornal, pois determina as imagens a incluir, a paginação, entre outros.

Após compreendermos as fases inerentes à criação da notícia, torna-se pertinente perceber como esta é constituída. Na sua estrutura interna a notícia possui o *lead*, que é geralmente o primeiro parágrafo, e o corpo (Cardet, 1980; Fontcuberta, 1999). Cardet (1980) refere que o *lead* é a parte mais importante da notícia, uma vez que se redige no princípio e as notícias devem seguir a regra de indicar o essencial no início. Sendo a parte nuclear da notícia, os objetivos do *lead*, segundo Fontcuberta (1999), são sobretudo explicar a essência do acontecimento e captar a atenção do recetor. Pela própria semântica da palavra, que significa guiar ou orientar, o *lead* introduz o tema do qual trata a notícia e estabelece a sua tipologia discursiva (Sousa, 2001). É a partir do *lead* que será, então, redigido o corpo. Este último vai pormenorizar os dados enunciados no *lead* e contextualizar a notícia (Fontcuberta, 1999). É de acordo com esta estruturação que é

utilizada a técnica da pirâmide invertida (Cardet, 1980; Fontcuberta, 1999; Monteiro et al., 2006), que coloca os dados mais importantes no início e os restantes por ordem decrescente de importância até ao final, possuindo a vantagem de transmitir o essencial ao leitor com uma leitura rápida (Crato, 1986). Fontcuberta (1999) refere que esta técnica tem como principais objetivos ajudar o leitor a identificar o assunto da notícia, seleccionar os dados mais importantes de cada notícia e auxiliar os profissionais de imprensa na sua edição.

Ao abordar a construção e o conteúdo das notícias, torna-se incontornável abordar os elementos clássicos da recolha de informação, que estão associados a qualquer acontecimento. Esses elementos traduzem-se nas questões: O quê? Quem? Quando? Onde? Porquê? Como? Fontcuberta (1999) refere que é a resposta a estas perguntas que transforma um acontecimento em notícia, tal como Gaillard (1971) que menciona a notícia como sendo “a resposta a estas seis perguntas” (p. 34). Logo, nessa ótica, a clarificação destes elementos pode ser vista como o ponto de partida para a elaboração de qualquer mensagem informativa. Contudo, Fontcuberta (1999) refere também que a resposta a estas questões não deve ser confundida com o *lead*, pois um simples resumo das questões torná-lo-ia “confuso e difícil de ler” (p. 61). Cardet (1980) refere até que o *lead* deve conter os dados das quatro primeiras questões, que são ainda mais elementares.

Apesar de existirem, como vimos, padrões relativamente à seleção e à estrutura interna das notícias, “coexistem atualmente diversos estilos, linguagens e géneros, o que permite oferecer um vasto leque de possibilidades e formas diferentes de relatar os factos” (Fontcuberta, 1999, p. 64). Podemos assim concluir que, a par da existência de vários elementos comuns, os diferentes jornais podem elaborar as suas notícias enfatizando critérios próprios, como os protagonistas da notícia ou as causas e as consequências dos factos, as quais podem relatar de um ponto de vista ou de outro e associar ambas a diferentes fatores.

Tendo em consideração os processos que expusemos sobre a elaboração das notícias, é perceptível que estes estão inevitavelmente ligados à dinâmica interna de cada jornal. Preston (2009) enuncia alguns aspetos em que as “rotinas, procedimentos, funções e normas” (p. 50) inerentes ao jornal influenciam a produção das notícias. É o caso do fator temporal, em que os jornalistas ajustam as notícias na sua tentativa de responder às restrições e exigências do fecho de edição, ou da influência, frequência e localização das fontes, que podem levar a um “enviesamento sistemático” (Preston, 2009, p. 54) na transmissão e procura da informação. Um outro aspeto a considerar é também as relações entre os OCS, pois os profissionais de cada agência, nos contactos que

efetuem entre si, possibilitam a troca de pontos de vista, de formas de interpretação e abordagem dos acontecimentos (Preston, 2009).

Face aos elementos expostos, podemos dizer que a notícia é construída a partir de um acontecimento. Mas mesmo esta afirmação pode ser decomposta em diferentes fases. Molotch e Lester (1999) indicam que se pode falar até da construção do acontecimento, na medida em que a discussão sobre a importância dos factos ocorridos questiona se estes devem ser elevados à condição de um “acontecimento” isto é, algo de significativo para várias pessoas que deva ser mencionado. Essa relevância é atribuída “em função de contextos sociais e culturais” (Correia, 2009, p. 7). Vejamos o caso de uma manifestação política. A focalização por parte dos *media* ou dos comentadores políticos em certos aspetos coloca a possibilidade de a manifestação ser vista com um impacto maior ou menor do que aquele que realmente virá a ter. Em última instância, apesar de os factos serem os mesmos (independentemente da cobertura mediática, aquilo que aconteceu não muda), o direcionamento da atenção para aspetos específicos da manifestação pode criar noções promovidas pelos *media*, passíveis de serem ativamente discutidas pelo público. Estes processos enquadram-se no *framing* (Druckman, 2001a, 2001b) e na teoria do *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1972), anteriormente desenvolvidos no nosso trabalho.

No que toca à transformação do acontecimento em notícia esse processo pode também ser percecionado como sofrendo de enviesamento, através do nível de credibilidade dado ao OCS, mas pode também depender de fatores individuais ou grupais nos leitores (Eveland & Shah, 2003). Por outro lado, Wolf (2003) sugere que por vezes esse enviesamento é involuntário e deve-se “ao modo como está organizada, institucionalizada e é desempenhada a profissão de jornalista” (p. 183). Se tivermos em conta que “valorizar, hierarquizar e seleccionar são actividades inerentes ao jornalismo” (Sousa, 2001, p. 38), podemos considerar que essas pequenas alterações que surgem nas notícias em relação à realidade são um mecanismo quase automático e indissociável da atividade dos jornalistas, que o começam a fazer de acordo com as suas técnicas próprias de trabalho. Porém, é também legítimo sugerir que essas diferenças podem fazer-se sentir entre os diferentes OCS. A organização e os procedimentos nos jornais diferem entre si, o que pode eventualmente fazer com que essas diferenças na cultura organizacional levem a maneiras diferentes e pré-definidas de fazer notícia. Nesta senda, Gaillard (1971) menciona a existência de “pormenores que caracterizam cada publicação” (p. 79), que podem estar presentes na política editorial da empresa ou, caso essa política não esteja publicada, no trabalho que é apresentado pelo jornal diariamente.

Vimos que os OCS podem seleccionar quais os diferentes acontecimentos que serão transformados em notícia. Contudo, estes podem, também, já dentro da própria

notícia, enfatizar certos aspetos em detrimento de outros, dependendo das orientações seguidas pelo próprio jornal. A notícia possui sempre uma medida de subjetividade inerente ao jornalista, uma vez que este tem de fazer a descodificação da informação que recebe do acontecimento e a codificação ao colocá-la na forma de notícia. No seu processo de criação estão implícitas várias influências, como o “tipo de público a que se dirige e [o] (...) perfil do jornal para que trabalha” (Monteiro et al., 2006, p. 308). No fundo, as notícias não podem substituir os nossos sentidos, pois “as mensagens jornalísticas não são transparentes mas o resultado de uma actividade construída pelos seus falantes” (Correia, 2011, p. 43).

1.4 Políticas editoriais

Os diferentes jornais, ao exercerem a sua atividade, irão indubitavelmente selecionar as informações a publicar, de entre o enorme manancial de que dispõem todos os dias. Já num segundo plano, a forma como essa informação é selecionada e exposta e os aspetos mais evidenciados são também alvo de escrutínio. Geralmente, os jornais possuem, para determinar estes aspetos, uma política ou linha editorial. Esta tem como finalidade delinear a orientação pela qual o jornal se guia na tradução que faz da realidade, assim como os valores e princípios que regem o mesmo (Pena, 2005). Breed (1999) refere que o estabelecimento de uma política editorial é um direito dos proprietários de um jornal, assim como a verificação do seu cumprimento.

Há também que ter em conta que as notícias dos jornais são produto de um trabalho coletivo, pelo que “a escolha dos assuntos a abordar por um jornal e a consolidação de uma determinada linha editorial dependem de diversos mecanismos que actuam em conjunto” (Sousa, 2001, p. 38). Segundo a teoria do *gatekeeper*, ou da ação pessoal, estes mecanismos podem começar pela influência das pessoas que selecionam as notícias no jornal. Os *gatekeepers* constituem pontos de passagem das notícias até chegarem aos consumidores (Traquina, 1999). Acontece também, como mostrado por White (1999), que esta filtragem é feita segundo critérios muito subjetivos, baseados na experiência e nas expetativas do *gatekeeper*.

Contudo, esta é uma abordagem que tem apenas em conta o indivíduo e existem mecanismos para lá da subjetividade jornalística (Sousa, 2001). O exemplo mais premente que queremos destacar para este trabalho são os critérios de noticiabilidade, também denominados por valores-notícia. Estes são critérios que fornecem aos jornalistas uma orientação na altura de decidirem quais os assuntos que são suficientemente interessantes e merecem destaque para serem transformados em notícias (Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke, & Roberts, 1999; Wolf, 2003). Dada a sua

natureza, estes estão intrinsecamente ligados à orientação editorial de cada jornal, pelo que os iremos expor de seguida. Galtung e Ruge (1965) foram os pioneiros na apresentação destes valores-notícia, de entre os quais se contam: a frequência, na medida em que um acontecimento mais frequente aparece mais nos jornais; a amplitude, em que a maior intensidade do acontecimento potencia a sua divulgação; a clareza, com a ausência de múltiplos significados; a significância, que junta a proximidade cultural com o leitor e a relevância (ter alguma implicação na sua vivência); a consonância, que é a coincidência do acontecimento com as expectativas do leitor; a imprevisibilidade, que é antagónica do anterior, mas que pode acontecer no limite da consonância; a continuidade, que é a tendência para os desenvolvimentos de acontecimentos já noticiados terem grandes probabilidades de se tornarem notícia; e, a composição, que beneficia a escolha de acontecimentos que se enquadrem num noticiário com vários temas. Galtung e Ruge (1965) esclarecem que estes oito valores-notícia que mencionámos acima não apresentam grandes variações mesmo se os considerarmos para culturas diferentes, pois são fatores universais que facilitam ou dificultam a perceção do acontecimento. Os autores mencionam mais quatro valores-notícia que são culturalmente determinados e influenciam a transformação do evento em notícia: a presença de nações de elite associadas ao evento; igualmente, a presença de pessoas de elite, que podem nomeadamente assumir a figura de líderes de opinião; a personificação, colocando o evento na perspetiva de uma determinada pessoa e que o mostra como consequência das suas ações; e, a negatividade, na medida em que quanto mais negativo for o acontecimento e as suas consequências, mais provável será a sua transformação em notícia.

Além destes valores-notícia de referência, podemos também ter em consideração critérios inerentes à própria estrutura do jornal. Para Van Dijk (in Sousa, 2001), o fator económico, relacionado com os lucros e vendas dos jornais, tem peso na atribuição de importância aos assuntos. As rotinas de produção do jornal têm também influência, como por exemplo a competição interpares dos jornalistas para obterem a notícia primeiro e mais fidedignamente que os seus colegas (Van Dijk, in Sousa, 2001). Estes são fatores informais que não fazem parte da política editorial, mas para uma análise completa dos conteúdos de cada jornal não devemos deixar de os equacionar.

Como referimos acima, os mecanismos para a definição da linha editorial atuam em conjunto. Isto verifica-se nos valores-notícia pois, como refere Wolf (2003), eles são considerados no seu conjunto na altura de definir as notícias. Assim, não duvidamos que os valores-notícia têm uma influência preponderante na política editorial. Isto não obriga a que cada jornal consagre os valores-notícia exatamente como definidos por Galtung e Ruge (1965) nessa política, mas essa influência dá-se tacitamente. Mesmo os jornais que

não possuem um documento oficial que institua uma política editorial utilizam critérios para selecionar os assuntos a noticiar. Aí, os valores-notícia materializam-se no trabalho prático dos jornalistas, ainda que com possíveis derivações.

Ao falarmos da influência das políticas editoriais, é incontornável abordarmos a conceção organizacional do jornalismo. Nesta abordagem, Breed (1999) fala nas notícias sobretudo como um produto do funcionamento da organização e das suas especificidades. Portanto, esta teoria tem em conta os meios das organizações jornalísticas como influenciadores do trabalho noticioso, que vão socializando o jornalista na política editorial (Traquina, 2001). Breed (1999) aponta as seis razões que levam a este conformismo: 1) a autoridade institucional e as sanções; 2) os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; 3) as aspirações de mobilidade; 4) a ausência de grupos em conflito; 5) o prazer da atividade; e, 6) as notícias como valor. Porém, Breed (1999) contrapõe estas razões com outros cinco fatores que atuam no sentido inverso, de forma a que o jornalista contorne certas indicações: 1) a imprecisão das normas editoriais; 2) os executivos do jornal nunca têm um controlo total sobre todas as atividades específicas do jornalista; 3) o uso da tática da prova forjada; 4) trabalhar em reportagens que são da iniciativa própria do jornalista de forma a ter mais autonomia; e, 5) o estatuto e reputação do jornalista dentro do jornal. Este segundo conjunto de fatores enunciado por Breed (1999) pode constituir uma justificação para situações em que se verifique que uma notícia apresenta um desvio considerável da política editorial do jornal.

Como parte da política editorial, a escrita das notícias deve também respeitar normas e uma estrutura que seja consistente para todo o jornal, existindo para o efeito os livros de estilo. Estes não são imprescindíveis mas ajudam a definir a identidade do jornal. O seu principal objetivo é materializar em texto o carácter, a imagem, os princípios e as ideias de um jornal perante o seu público (Deusdado, 2011).

O livro de estilo tem normalmente duas partes. Uma primeira, dedicada à ética e deontologia e uma segunda, dedicada aos aspetos técnicos. Deusdado (2011) refere que um projeto noticioso que seja acompanhado por um livro de estilo desde a sua génese produz muito mais impacto do que um que não o possua.

Os livros de estilo são também uma ferramenta para procurar reduzir o enviesamento que resulta das interpretações diversas de dois ou mais jornalistas em relação a um facto. Ou seja, deve ser uma referência para os jornalistas procurarem conciliar a sua redação e chegarem a um conceito comum de uma boa notícia. O livro de estilo é portanto um compromisso entre todos os trabalhadores de um OCS (Deusdado, 2011). O respeito pelas suas orientações deve verificar-se em toda a hierarquia do jornal, desde o diretor ao jornalista que redige os textos. Apesar de tudo, os livros de estilo podem não ser vistos com bons olhos por alguns profissionais. Podem significar uma

intromissão no espaço editorial de cada um e uma quebra de rotina, na medida em que irá condicionar o trabalho produzido, o que pode gerar desagrado (Deusdado, 2011).

Como é natural, o livro de estilo ou o código de conduta significam um conjunto de regras a cumprir e assim podem desempenhar uma função de vigilância da atividade de um jornal. Em Portugal, a maioria das redações jornalísticas, entre as quais as dos jornais que analisámos no nosso trabalho, não possuem livro de estilo publicado, o que pode comprometer a chegada a um entendimento comum sobre a identidade do jornal.

1.4.1 Correio da Manhã

O Correio da Manhã é um jornal diário criado a 19 de Março de 1979, pela *Presselivre* e na altura dirigido por Vítor Direito. Num comunicado editorial dessa data (o primeiro número do jornal), o jornal afirmava-se privado, independente e democrático. Revelava como principais premissas a isenção da informação e a abertura em relação a correntes políticas e económicas, contudo colocava-se ao mesmo tempo ao serviço do sistema democrático, repudiando os radicalismos.

Atualmente, o Correio da Manhã é dirigido por Octávio Ribeiro e propriedade do grupo Cofina, que comprou a *Presselivre* em 2000. No estatuto editorial que hoje norteia o jornal, este afirma como principais valores o dever de informar e a integridade das notícias que produz. É um jornal que se foca “nos interesses do leitor (...) a quem dá voz” (Correio da Manhã, 2014) e ressalva a independência da atividade jornalística de quaisquer poderes. O jornal afirma também que a notícia é uma “componente essencial da transparência democrática” (Correio da Manhã, 2014). No seu estatuto é dedicado um ponto ao jornalismo de investigação, que utiliza “para o escrutínio da vida pública e como forma de controlo pelos cidadãos” (Correio da Manhã, 2014). Tendo em conta estes pontos mais relevantes do seu estatuto, vemos que o Correio da Manhã se auto caracteriza como um ator de relevo na defesa social e no panorama político nacional.

Após um contacto direto com a realidade do jornal, através de um estágio prático, Carvalhas (2013) constatou a inexistência de um livro de estilo no Correio da Manhã.

1.4.2 Diário de Notícias

O Diário de Notícias é um jornal diário criado a 29 de Dezembro de 1864 por Thomaz Quintino Antunes. No comunicado editorial do seu primeiro número, ainda em pleno regime monárquico, o jornal afirma que a sua pretensão é a acessibilidade a todas as classes, sem diferenciação a nível político, económico ou social.

O Diário de Notícias é hoje dirigido por André Macedo e pertence ao *Global Media Group*, grupo que detém vários OCS. No seu estatuto editorial moderno, o jornal estabelece como principal objetivo o garante aos leitores do seu direito à informação. Um ponto sem dúvida pertinente no estatuto que devemos considerar para o nosso trabalho é o assumir, por parte do jornal, de “um papel moderador dos conflitos que se manifestam na sociedade portuguesa” (Diário de Notícias, 1997). Este ponto é conciliado com a afirmação seguinte do jornal, que se diz uma referência na formação da opinião pública. A sua relação com as fontes é também detalhada no estatuto editorial, referindo que é sempre feita a sua identificação salvo nos casos em que a confidencialidade seja necessária. É neste estatuto que o Diário de Notícias define a sua linha editorial, caracterizada pela liberdade e autonomia relativamente a poderes políticos, pela vinculação aos princípios democráticos e nacionais da Constituição e pelo contributo para o desenvolvimento através do esbatimento das desigualdades. Neste documento o DN declara também que “hierarquiza o seu noticiário segundo critérios de natureza jornalística”, pelo que vemos aqui a influência dos critérios de noticiabilidade. Importa referir que o DN rejeita o sensacionalismo no seu estatuto, referindo que o faz independentemente dos reconhecíveis benefícios de mercado.

1.4.3 Jornal de Notícias

O Jornal de Notícias é um jornal diário criado a 2 de Junho de 1888 e na altura dirigido por José Diogo Arroio. Na sua declaração de princípios dessa data afirma-se um jornal popular, denunciando a corrupção política e promovendo a solidariedade para com os mais desfavorecidos, matriz que manteve até aos tempos modernos (Sousa, 1988). Tendo sido fundado no Porto, este jornal sempre manteve uma forte ligação à região Norte. Por um lado, isto fez com que o jornal partilhasse posições políticas daquela região, como a oposição ao regime do Estado Novo, o que levou a dificuldades sentidas durante aquele regime (Simão, 2009). Por outro lado, Sousa (1988) refere que, pela sua ligação ao Norte, está patente no jornal um papel de relevo nos processos de descentralização e regionalização verificados em Portugal. Sousa (1988) refere também que este jornal, para além dos factos, frequentemente “expressou as suas ideias e opiniões, teceu comentários, proferiu críticas, emitiu apreciações e fez julgamentos” (p. 346).

Atualmente, o JN pertence ao *Global Media Group* e é dirigido por Afonso Camões. O seu estatuto editorial não se encontra publicado, no entanto Simão (2009) refere que o jornal tem como objetivo aprofundar a proximidade com o leitor, relatando a atualidade de todo o país e recorrendo a personalidades especialistas nas matérias.

Simão (2009) refere também que o jornal elabora as suas notícias para o público em geral, independentemente de classes e procura expor os problemas que são transversais à sociedade. Nesta linha, verificámos que se mantém o cariz popular, invocado já desde os seus primórdios.

2. Polícia

2.1 Enquadramento e concetualização

A Polícia é, na sociedade contemporânea, várias vezes o centro das atenções em vários momentos da vida social, nomeadamente em eventos públicos de grande envergadura. Adicionalmente, a atividade da Polícia constitui-se uma área de estudo que atrai cada vez mais o foco de vários saberes científicos, pela sua natureza multifacetada e transversal a diversos aspetos da sociedade. Dada toda esta atenção, possui um conceito polissémico, com várias abordagens.

Ao procurar definir Polícia, Reiner (2010) distingue Polícia de policiamento. Este último conceito é mais abrangente, pois engloba “o conjunto de atividades que visam preservar a segurança de uma ordem social em particular, ou da ordem social em geral” (Reiner, 2010, p. 5). Assim, nesta aceção, o policiamento pode ser desempenhado por outros intervenientes além dos corpos uniformizados com “amplas responsabilidades de controlo criminal, manutenção da ordem e algumas funções de serviços sociais” (Reiner, 2010, p. 3). É uma atividade que pode ir para além da polícia, porque há outros atores que concorrem para o policiamento. Para o mesmo autor, além dos referidos corpos, o policiamento pode ser desempenhado por agências estatais como as autoridades administrativas, por profissionais de segurança privada ou por grupos voluntários de cidadãos que cooperam com a Polícia. Esta posição leva-nos a refletir, também, sobre o papel de outros atores de enorme relevo – os *media*. Tendo em conta a heterogeneidade da ação de policiamento, poderemos dizer que os *media* também «policiam»? A sua capacidade de reproduzir os acontecimentos num formato atrativo e acessível a um grande número de pessoas faz com que sejam uma das principais influências na perceção que os cidadãos têm da atuação policial. Uma outra possibilidade daí decorrente será as situações serem reportadas de forma diferente consoante o jornal ou a empresa de comunicação social de que estivermos a falar.

Assim, ao falarmos de Polícia, não podemos resumir o nosso entendimento às instituições formais que vulgarmente desempenham as funções de vigilância e prevenção da criminalidade. Em primeira linha temos até que essas próprias estruturas formais variam quanto à sua organização e aos papéis que desempenham consoante a região de que estivermos a falar (Mawby, 2003). Sociedades anteriores, tais como as da Idade

Média não possuíam instituições estatais fortemente hierarquizadas para garantirem a ordem tal como hoje. Existiam sistemas locais rotativos entre os habitantes, que por serem ineficazes foram dando lugar a sistemas mais estruturados (Silver, 2005). Assim, quando perguntamos o que é a Polícia, não nos podemos fechar nos limites das instituições policiais que hoje existem.

No âmbito nacional, uma das primeiras noções sobre Polícia foi apresentada durante o Estado Novo por Marcelo Caetano (1990, p. 1150), que a define como:

“o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir.”

Contudo, esta conceção tem a sua base na doutrina tradicional de Direito Administrativo. Nesta apenas se focam, por um lado, as atividades individuais e não as coletivas e, por outro, os interesses gerais e não os individuais. Atualmente, a atuação da polícia é transversal a todas as dimensões da ordem jurídica, pois, como refere Valente (2012, p. 49), “uma polícia contemporânea (...) procura evitar que condutas de pessoas singulares e/ou colectivas possam afectar interesses gerais ou colectivos e interesses singulares e individuais”.

Uma vez que o conceito de polícia é polissémico, pode ser abordado tendo em conta vários sentidos. Como apresentam Dias (2012) e Raposo (2006), pode significar cada um dos agentes policiais, individualmente considerados, as instituições que desempenham atividades de segurança pública, ou até a própria atividade em si. No que respeita à atividade de polícia, é amplamente aceite a sua divisão em dois ramos principais: polícia judiciária e polícia administrativa (Caetano, 1990; Dias, 2012; Raposo, 2006; Valente, 2012). Tendo em conta que ambas têm o intuito de prevenir ou eliminar perigos sociais (Dias, 2012), a polícia judiciária é aquela que visa a prevenção e a repressão criminal. Quanto à polícia administrativa, esta pode dividir-se ainda em polícia administrativa geral e especial. A primeira tem por objeto “fins de segurança pública de carácter geral, como a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas” (Dias, 2012, p. 70). A segunda resulta do exercício de competências por parte do Estado em áreas específicas da vida social, como o ambiente, a imigração, a economia, entre outros (Raposo, 2006). Os corpos policiais podem assim dedicar-se a uma destas vertentes ou até, como refere Raposo (2006), a todas elas. Este é o caso da PSP, que sendo uma polícia de segurança pública (Raposo, 2006), desenvolve atividades nestas três modalidades. Uma vez que no nosso trabalho está presente a atuação da PSP em

grandes eventos de cariz político, nesses eventos estamos a falar da atuação da Polícia na vertente de polícia administrativa geral, através da manutenção da ordem pública.

Dado que a atuação policial tem de ser a todo o momento orientada pelo respeito dos princípios da legalidade e da tipicidade, faremos um enquadramento legal da PSP. Esta abordagem auxiliará também a melhor caracterizar as notícias elaboradas sobre os grandes eventos, na medida em que podemos ter em linha de conta a missão da PSP e a sua influência na gestão das manifestações.

A Polícia tem, no panorama nacional, a sua missão e limites exarados primeiramente na Constituição da República Portuguesa (CRP), pois não detém um uso arbitrário do poder (Valente, 2012). Uma vez que está enquadrada no Título IX da CRP, respeitante à Administração Pública, a Polícia “tem de actuar de acordo com os princípios gerais vinculativos da administração pública” (Valente, 2012, p. 169). Desta forma, a subordinação da Polícia à CRP começa através do seu art.º 266.º e dos princípios do art.º 267.º que são, segundo Raposo (2006): os princípios da desburocratização e da aproximação dos serviços às populações (n.º 1) e os princípios da descentralização e da desconcentração (n.º 2). O art.º 272.º da CRP é especialmente dedicado à Polícia, estando a sua missão plasmada no n.º 1: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Neste artigo encontram-se assim as normas fundamentais no que respeita à organização e funcionamento das instituições policiais nacionais. Dias (2012) afirma que se encontram aqui os fins da Polícia, aliados: ao princípio da vinculação funcional – a atividade de polícia só se desenvolve quando há tarefas de polícia; ao princípio da tipicidade – as medidas de polícia devem estar previstas na lei; e, ao princípio da proibição do excesso – “as medidas de polícia devem obedecer aos requisitos da necessidade, da exigibilidade e da proporcionalidade” (Dias, 2012, p. 43). Raposo (2006) menciona ainda dois princípios constantes neste artigo, sendo estes o princípio de reserva de lei na definição do regime das forças de segurança (que está reservada à Assembleia da República) e o princípio da unidade de organização, que determina a organização única das forças de segurança para todo o território nacional.

Considerando os princípios que acabámos de expor, uma das conclusões que podemos retirar é a de que a PSP apenas pode usar as medidas de polícia que estão expressamente previstas na lei. Medidas essas como as presentes na Lei de Segurança Interna (LSI, Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto), de entre as quais se conta, no art.º 28.º, n.º 1, al. b), “a interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea”. Nesta medida de polícia pode ser enquadrada a ação de manutenção da ordem que a PSP realiza num grande evento de cariz político. Quando estes eventos (e.g. as manifestações) decorrem em locais

sensíveis, a PSP tem de conter os manifestantes para salvaguardar a integridade dos mesmos e cumprir a sua missão. É exemplo desta interdição uma manifestação em frente à Assembleia da República (AR), pois os manifestantes devem expressar-se em frente àquele órgão de soberania, não acedendo ao mesmo, como indica o n.º 1 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, que regula o direito de manifestação em Portugal. A LSI, através do seu art.º 25.º, n.º 4, remete-nos também para as leis orgânicas das forças de segurança, no que respeita à sua organização, atribuições e competências. No caso da PSP, a sua Lei Orgânica (LOPSP, Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto) enuncia as suas atribuições no art.º 3.º. A partir da leitura do mesmo, concluímos que as áreas de intervenção da PSP são extremamente diversas, entroncando nas modalidades de polícia administrativa geral, administrativa especial e polícia judiciária.

2.2 A atuação policial em grandes eventos de cariz político

Nas sociedades humanas a ideia de ordem sempre foi algo debatido quanto à sua delimitação e procurado na sua forma material. “Socialmente, ordem reflecte regularidade, estabilidade e previsão de formas de comportamento, assim sendo, transmite uma ideia de continuidade” (Felgueiras, 2009, p. 140). Historicamente, as várias comunidades humanas sempre possuíram um ideal de referência para um estado de ordem, um certo *status quo* que consideramos ser o estado de normalidade, o qual, por norma, nos satisfaz. Clemente (2009) refere que a ordem é uma realidade tão intrínseca ao ser humano, que a sua origem não pode ser precisada. A procura deste estado de ordem é um dos muitos fatores envolvidos no processo complexo que levou à instituição do poder político. Uma vez que a ordem está sempre ameaçada pela desordem, o poder político procura a estabilidade através de um equilíbrio entre ambas (Clemente, 2009). É neste ponto de equilíbrio entre a “desordem suportável e a ordem indispensável” (Berlioz, cit in Oliveira, 2000, p. 37) que encontramos a ordem pública, sendo esta a finalidade da polícia administrativa. A Polícia, dada a relação direta que tem com o sistema político, é uma das principais entidades a intervir para a prossecução desse objetivo, pois está em constante contacto com a população. Esta intervenção toma uma dimensão particularmente importante nos grandes eventos de cariz político.

Ao abordar a ordem pública, Oliveira (2000) menciona a existência de uma ordem pública autoritária e uma ordem pública democrática. Uma vez que a primeira existe em favor do poder estabelecido e é típica de regimes autocráticos, é a ordem pública democrática que hoje vigora em Portugal e nos interessa analisar. Esta possui um duplo sentido porque é por vezes um limite às liberdades individuais, no entanto também está ao serviço de um exercício completo das mesmas (Oliveira, 2000). Tomando como

exemplo as manifestações, aqueles que as realizam têm esse direito garantido pelo art.º 45.º da CRP. Mas não é um direito que pode ser exercido de forma absoluta. Tal como refere o próprio artigo, os cidadãos têm de se manifestar “pacificamente e sem armas”, pois isto não pode colidir com outros direitos, tal como o direito à segurança, previsto no art.º 27.º da CRP. Na atualidade, e em particular nos regimes democráticos, realiza-se um jogo de tensões entre o poder e o contrapoder, sendo que as manifestações são um modo privilegiado de aliviar essa tensão, gerando o retorno ao estado de normalidade (Machado, 2009). Assim, a análise ao fenómeno da manutenção da ordem tem de ser profunda e exaustiva, pois possui demasiadas variáveis para uma abordagem superficial (Waddington, 2007).

Uma das abordagens mais recentes à manutenção da ordem pública é o modelo de desordem apresentado no *Manual of Guidance on Keeping the Peace* (ACPO, 2008). Este modelo define vários estados que se podem verificar em cada momento de uma manifestação. Por defeito existe o estado de normalidade, que representa a rotina quotidiana de cada local (Felgueiras, 2009). Os estados seguintes podem já ser definidos por níveis de violência. São eles: o estado de tensão, onde existe alguma irritação que altera as rotinas diárias; o estado de desordem, a partir do qual se verificam manifestações efetivas de violência; o estado de desordem grave, com um aumento exponencial da violência; e, o estado de caos (Felgueiras, 2009), onde a atuação policial tem de ser estruturada para a situação regressar à normalidade sem voltar à desordem (ACPO, 2008).

Através da análise a este modelo temos a seguinte noção de ordem pública: “uma função espaço temporal, onde as circunstâncias referenciais da vida em sociedade mantêm-se inalteradas, fundamentalmente, devido à inexistência de níveis de irritabilidade e de violência idóneos a condicionarem a normalidade da vida quotidiana” (Felgueiras, 2009, p. 146).

A intervenção policial face a situações de manutenção ou reposição da ordem pública pode ter, segundo Felgueiras (2009), duas abordagens: uma intervenção meramente reativa ou uma intervenção baseada na gestão dos níveis de violência. A primeira será de evitar, pois é realizada sem se basear em informação, pode estar descontextualizada da situação e não é suportada por conhecimento científico relativamente à dinâmica das multidões. Já a segunda intervenção assenta numa lógica de gestão dos níveis de violência que permite “compreender as interações dos diferentes grupos presentes [e efetuar] (...) uma avaliação da situação” (Felgueiras, 2009, p. 156). Esta abordagem é alimentada pelas informações e é desempenhada ao longo de todo o evento, avaliando-se permanentemente os possíveis focos de desordem. A par disto, a consciencialização da polícia sobre as condições para o aparecimento da

desordem “passa pela compreensão da dinâmica das multidões” (Felgueiras, 2009, pp. 156-157). Compreender as multidões passa por conhecer a identidade social de cada grupo. Esta identidade define e diferencia cada grupo em relação aos outros com base nos seus objetivos e prioridades, valores e padrões de atuação, relações de influência, entre outros. Assim, este conhecimento deve ser acompanhado pelo desenvolvimento da investigação científica na área policial, para que a Polícia possa manter a confiança por parte da população (Weisburd & Neyroud, 2011). No seu exercício de manutenção da ordem pública, a Polícia tem vindo ao longo dos anos a evoluir para o uso de métodos e técnicas mais tolerantes, tais como:

“Maior respeito pelos direitos dos manifestantes, uma abordagem mais tolerante a ações disruptivas, comunicação e colaboração mais próxima com o público, tendência para reduzir as detenções (principalmente enquanto primeiro recurso) e a aplicação do princípio da mínima intervenção necessária para controlar a situação.” (Waddington, 2007, p. 10)

Na sua atuação a Polícia vê-se muitas vezes numa posição que não é de fácil gestão. A PSP é uma instituição que, na vertente da prevenção criminal, trabalha através de um contacto próximo com a população e as vítimas da criminalidade local, desenvolvendo o modelo de policiamento de proximidade. Todavia, muitas vezes a PSP tem de intervir ao nível da manutenção da ordem e da aplicação das sanções legais, atividade que é parte das suas atribuições e que não pode ser evitada. Inevitavelmente, estas intervenções criam atritos entre as forças policiais e as pessoas visadas e, quando falamos dos grandes eventos de cariz político, alguns grupos de manifestantes. Desta forma, uma das tarefas mais desafiantes para a PSP será equilibrar o exercício destas duas vertentes (e que não são as únicas de entre toda a atividade policial) de forma a poder manter uma relação de cooperação com a população e ao mesmo tempo a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias.

A opinião pública sobre a Polícia pode ser afetada pelas relações que a população tem com a polícia, consoante estas sejam formais ou informais. Maxson, Hennigan e Sloane (2003) revelam que os contactos informais (e.g. conversas na rua) são aqueles que melhoram a opinião pública sobre a Polícia. Em contraste, os contactos formais (e.g. manifestações, em que a Polícia está a exercer um poder conferido por lei) podem introduzir ideias negativas acerca da Polícia na opinião pública.

Esta dicotomia entre contactos formais e informais faz com que a atuação policial seja percecionada de formas muito diversas e com resultados por vezes até inesperados. Tendo em conta a volatilidade destas interações entre público e Polícia, os *media*

procuram aproveitar os acontecimentos mais sensacionais para atraírem mais leitores e aí, ainda que de forma inconsciente, moldarem a opinião pública acerca da polícia. Contudo, apesar de o objetivo de ter mais leitores seja naturalmente comum a todos os jornais, os acontecimentos sensacionais referidos são tratados de maneiras diferentes. Esta sensibilidade dos contactos formais, quer com o público quer com os *media*, é mais uma razão para a PSP ter uma atuação criteriosa nos grandes eventos de cariz político e recolher informação sobre aquilo que é veiculado pelos *media* sobre essas atuações.

Miller, Davis, Henderson, Markovic e Ortiz (2004) referem que a interação da Polícia com cada pessoa nesses eventos não se esgota aí. A opinião que essa pessoa recolher da sua interação com a Polícia será também transmitida à sua família e amigos. Os autores denotaram ainda que, nessa transmissão, as interações negativas tendem a prevalecer sobre as positivas. Partindo deste pressuposto, Miller et al. (2004, p. 65) afirmam que “tentativas de melhorar a opinião pública através da promoção de contatos positivos com a polícia são, por si só, insuficientes. Mais importantes serão os esforços dos responsáveis policiais para reduzir o número de encontros negativos”. Aliando esta ideia aos dois tipos de contactos mencionados acima, vemos assim que a atuação policial nos grandes eventos de cariz político é muito mais suscetível de afetar a opinião pública negativamente do que as restantes ações positivamente, pelo que deve ser uma intervenção alvo da maior atenção.

2.3 A PSP e a sua relação com os *media*

Nas duas subsecções anteriores abordámos a Polícia do ponto de vista jurídico e a sua ação de manutenção da ordem, por forma a compreendermos os princípios que lhe estão inerentes. Considerámos importante uma breve abordagem à vertente jurídica e técnica para a conciliar com a abordagem aos *media*, uma vez que “as atuais discussões sobre policiamento estão em grande parte inquinadas por equívocos acerca da natureza e da função da polícia” (Reiner, 2013, p. 162). Ao depararmo-nos com a descrição que é feita nas notícias sobre a atuação policial, se conhecermos minimamente aquilo que está implícito à atuação policial, podemos efetuar um juízo mais informado sobre a notícia que a descreve.

Todas as manifestações e intervenções policiais que lhes estão associadas ocorrem num dado local e num dado momento. Embora a experiência daquilo que aconteceu no momento esteja reservada às pessoas que ali se encontravam, todos podem vir a conhecer o relato, mais ou menos enviesado, daquilo que aconteceu. Os *media* assumem aqui um papel de destaque, pelo seu alcance difusor e porque nestes grandes eventos estão em causa direitos e liberdades fundamentais que, em maior ou menor grau, assumem relevo para qualquer pessoa minimamente interessada.

Os *media* podem muitas vezes elaborar os relatos de grandes eventos de cariz político com base em fatores subjetivos, que resultam da perceção do jornalista que está no terreno a recolher a informação. Contudo, o trabalho dos jornais começa a montante, com a preparação da manifestação e não apenas na descrição daquilo que aconteceu durante e após a sua realização. Este período que medeia o anúncio da manifestação até à sua realização constitui uma oportunidade para os jornais contextualizarem a mesma na situação económico-social e especularem possíveis cenários com base no estado de satisfação da população. Porém, muitas vezes este exercício projeta possibilidades alarmistas e espetaculares. Gorringe e Rosie (2006), na análise à manifestação anti pobreza contra o G8 em Edimburgo, referem que a mesma atraiu muitos mais manifestantes do que o previsto pela comunicação social e, apesar disso, desenrolou-se de forma pacífica, contrariamente às previsões pessimistas que indicavam conflitos e desordem generalizada.

Abordando esta influência dos *media*, Reiner (2010) refere que as suas apresentações têm sempre implicações políticas e sociais, contudo, na maior parte das vezes isto não acontece de forma consciente ou intencional.

Os *media* têm vindo a adquirir uma crescente importância na sociedade, processo que se denomina mediatização, causando uma submissão e dependência da sociedade face aos *media* (Hjarvard, 2008). Face a esta importância, as instituições sentem a necessidade de integrar os *media* nas suas operações, facto a que a PSP não é alheia. No caso desta Polícia, é exemplo a criação do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP), órgão especializado para transmitir as comunicações oficiais aos *media* e toda a estrutura replicada pelos diversos Comandos Territoriais da PSP, que gerem a comunicação a nível local. Esta influência vai ainda mais longe, pois Hjarvard (2008, p. 115) refere que os *media* “providenciam os meios pelos quais as outras instituições e atores sociais comunicam”. São disto exemplo as *newsletters* e circulares internas que informam sobre novidades que aconteceram na instituição, mas retratadas numa notícia de jornal. Ou seja, as pessoas da instituição tomam conhecimento de novos factos da sua própria organização através da mesma notícia que foi publicada no jornal para venda.

Não podemos negar que hoje os *media* constituem-se, de uma forma diluída, intermediários na perceção que a população tem da polícia. Este é um ponto que a PSP não pode deixar de ter em conta, pois desta forma os *media* produzem impacto em fatores críticos. Entre estes estão a aceitação, a confiança e o apoio do público, que suportam a autoridade, o exercício da sua atividade e a manutenção da Polícia enquanto instituição (Maxson et al., 2003).

Existem estudos que demonstram também uma intervenção direta dos *media* na organização interna da Polícia, nomeadamente no seguimento de episódios políticos de relevo. Greer e McLaughlin (2011) demonstraram, através de um estudo sobre a mediatização em torno da atuação do Comissário da Scotland Yard, que existe a aplicação de um forte “filtro mediático” (p. 43), averiguando sobre os antecedentes e posições do dirigente em relação a casos de polícia sensíveis. Daqui podemos fazer uma analogia para a atuação policial em grandes eventos de cariz político, na medida em que a atuação será sempre avaliada pelos *media* e a maioria da população tomará dela conhecimento através destes e não através de um contacto direto com o evento. As características próprias de cada jornal, assim como as suas relações com a instituição policial, irão sem dúvida moldar este “filtro”, sendo o relato de cada jornal mais incisivo nuns aspetos do que noutros. Tendo isto em conta, eleva-se a questão de saber se cada OCS pode fazer o seu próprio “julgamento mediático” (Greer & McLaughlin, 2011).

Considerando esta relação constante entre a Polícia e os OCS, trazemos à consideração um ponto relevante. A PSP pode, como recurso de defesa e salvaguarda da sua atividade, gerir a informação que é transmitida a cada OCS. Neste âmbito, o estudo do discurso e das características das publicações de cada jornal fazem com que a PSP possua um relacionamento mais informado com cada jornal.

No entanto, não podemos enveredar por uma seleção dos OCS a quem disponibilizar informação vedando tudo aos restantes, pois iríamos contra o direito da liberdade de imprensa. A compreensão dos conteúdos veiculados para a população aliada ao melhoramento das formas de comunicação com os OCS são um grande contributo para chegar ao fortalecimento de uma imagem positiva e de legitimidade nas intervenções feitas pela PSP. É esta imagem que se pretende atingir, de forma a manter a confiança da população na PSP.

3. Formulação do problema de investigação

Hodiernamente a nossa relação com os OCS é sistémica, os mesmos estão acessíveis a partir de praticamente qualquer sítio e recolhemos destes uma grande quantidade de informação a todo o momento. É evidente o papel transformacional que tiveram e continuam a ter no fenómeno da comunicação. Pode-se assim dizer que estes estão sem dúvida entre os órgãos mais influentes na atualidade (Correia, 2006), em cuja autenticidade confiamos em maior ou menor grau. Até mesmo os jornais são já acessíveis diretamente a partir do domicílio, através das publicações online.

De entre as teorias da comunicação, destaca-se a teoria do agendamento, ou agenda-setting, pela sua capacidade de renovação e adaptação às mudanças na

realidade (Esteves, 2012). Ainda hoje (atrevemo-nos até a dizer, particularmente hoje) assistimos à definição de uma agenda de temas que tendem a ficar na ordem do dia ao serem abordados pelos *media* (Wolf, 2003).

O jornalismo é uma atividade com impacto significativo na generalidade das áreas profissionais que conhecemos, visto incidir sobre aspetos relevantes e atuais (Correia, 2009), muitas vezes relacionados com a atividade das ditas áreas. Assim, as organizações precisam também de estar a par daquilo que é feito no jornalismo para se manterem ao corrente dos acontecimentos que podem ou não afetar a sua atividade.

A notícia, como produto da atividade jornalística, tem subjacentes na sua construção uma série de técnicas que cada jornalista procura aperfeiçoar ao longo da sua carreira. A forma de execução da técnica (como o conteúdo presente no lead) pode ter variações entre os diferentes jornais, o que pode também gerar diferentes esquemas interpretativos (Druckman, 2001a; 2001b) para os leitores.

Os eventos mais espetaculares e fáceis de trabalhar são aqueles que mais atraem os repórteres, dada a sua noticiabilidade (Uscinski, 2009). Contudo, neste ponto deparamo-nos com duas questões. Primeiro, será que todos os jornais abordam os assuntos da mesma forma? Segundo, os critérios utilizados para determinar essa noticiabilidade serão os mesmos? Estas questões estão relacionadas com as suas políticas editoriais e levam-nos a refletir sobre as assimetrias que os diferentes OCS podem demonstrar quando noticiam não só o mesmo tipo de evento, mas até o mesmo acontecimento, num determinado dia e hora. A forma como cada jornal edita o material a publicar, as restrições que aplica, a importância que dá às notícias de última hora e os deadlines que impõe, tudo isso terá efeitos no trabalho dos jornalistas e redatores, que projetam a identidade do jornal.

Para além da cultura organizacional, o próprio jornalista também entra em cena. Lang e Lang (1955) apresentaram o conceito de estruturas inferenciais, que são diferentes caminhos de construção de esquemas interpretativos, definindo como cada repórter interpreta os acontecimentos. Um jornalista é também um ser humano, que inevitavelmente verte um pouco dos seus valores, crenças e gostos no que escreve, adicionando uma medida de subjetividade e uma dimensão de partilha de ideias à notícia fazendo com que esta não seja um relato rígido de um acontecimento. Assim, os textos jornalísticos que vemos como produto final nunca se conseguem isentar completamente da linha editorial que o jornal segue na redação ou das características do jornalista que escreve.

Tradicionalmente, as instituições, de entre as quais as policiais, não estavam expostas ao exterior através dos OCS como estão hoje. O modelo da “hierarquia de credibilidade” (Becker, in Greer & McLaughlin, 2011) preconiza que são as elites que

definem constantemente os assuntos que estão na ordem do dia. Este era o caso da Polícia, que era vista como possuindo uma vantagem estrutural e cultural, impedindo que a sua perspectiva fosse alterada, mesmo sendo contestada. Hoje em dia a tarefa apresenta-se muito mais complicada, pois interagimos com um meio multi-mediatizado (Greer & McLaughlin, 2011). Para alguns, os media começam até a ser detentores de um nível de credibilidade que rivaliza com o de autoridades públicas (Babad, 2005). Quer isto dizer que as pessoas não aceitarão automaticamente uma informação de uma fonte oficial se tiverem lido uma informação no jornal que não seja coincidente.

Dada a sua preponderância, as instituições que detêm os meios de comunicação constituem sem dúvida um fator de consideração para qualquer outra instituição da vida política ou social. Considere-se, então, o caso da PSP que, como vimos, por lidar com os direitos fundamentais das pessoas no exercício das suas atribuições, está não raramente sob o foco dos media, discutindo estes a sua atuação. A Polícia tem uma importância nuclear nas relações sociais e a opinião que o público tem acerca da sua atuação é influenciada em grande parte pelos aspetos que são abordados nas notícias, pois são poucas as pessoas que têm interações diretas com a Polícia regularmente.

Partindo desta ideia, vamos ao encontro do nosso problema de investigação, que passa por determinar qual a imagem que os OCS transmitem para a sociedade acerca da atuação policial em grandes eventos políticos. Neste trabalho comparámos notícias dos jornais Correio da Manhã (CM), Diário de Notícias (DN) e Jornal de Notícias (JN) referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013, que foram recolhidas por Henriques (2014), Machado (2012) e Santos (2013). Posto isto, é nosso objetivo detetar eventuais diferenças de discurso, em cada ano e entre os jornais visados, e identificar os elementos informativos mais presentes no discurso noticioso.

Capítulo II – Método

1. Abordagem qualitativa

O método é, para Galliano (1979, p. 6), “um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas (...) para alcançar determinado fim”. Para a concretização do método existem diferentes técnicas ou abordagens, que são utilizadas no sentido de realizar a atividade de forma mais perfeita (Galliano, 1979).

O método científico assenta em dois tipos de abordagem: quantitativa e qualitativa. A opção por uma destas abordagens irá depender de fatores como o objeto de estudo, as questões de investigação e os objetivos que se pretende alcançar com o trabalho. A abordagem quantitativa recorre a métodos estatísticos, obtendo um conjunto de dados descritivos (Bardin, 2008), que representam numericamente a realidade. A partir daí, as conclusões são demonstradas com base na predominância de certas características respeitantes ao conteúdo e relações dessas características.

Já a abordagem qualitativa recorre à apreciação crítica do investigador, que retira inferências dos dados, os quais, não obstante, podem ter uma base quantitativa (Flick, 2005). Apesar deste último ponto, a abordagem qualitativa não se confunde com a primeira, pois pretende analisar os aspetos não quantificáveis de um discurso (Sousa, 2006). Nesta abordagem a informação de base a ser considerada será a presença ou ausência de uma característica de conteúdo ou o modo de articulação do discurso (Bardin, 1977; Quivy & Campenhoudt, 2005). A abordagem qualitativa possui vantagens como a possibilidade de trabalhar sobre *corpus* reduzidos, o estabelecimento de categorias diferenciadoras, a fiabilidade na captação da realidade e uma maior adaptação a diversos objetos (Bardin, 1977). Uma das dificuldades a ser contornada é a pertinência dos elementos considerados (Bardin, 1977), pois pode ser dada importância a elementos não relevantes e vice-versa.

No presente trabalho a comparação longitudinal que nos propomos realizar terá de ser feita tendo em conta acontecimentos e mudanças que ocorreram no panorama político e social. Dada a multiplicidade de fatores, não é possível estabelecer uma relação linear de causa-efeito nas variações de dados, pelo que é necessário recorrer a uma abordagem qualitativa. Assim, pretendemos interpretar a informação existente nos dados e daí fazer inferências, de forma a obter uma visão holística sobre o discurso de cada OCS em relação à atuação policial em grandes eventos de cariz político. Através desta abordagem pretendemos também perceber se existem diferenças ou não entre o discurso dos diferentes OCS.

2. Corpus

Como ensina Bardin (1977, p. 96), o *corpus* é o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” Na constituição do *corpus* devem ser respeitadas quatro regras: a regra da exaustividade, não sendo excluído, sem uma justificação, nenhum elemento que se insira nos critérios de seleção; a regra da representatividade, segundo a qual a amostra deve ser em boa medida representativa do universo de estudo; a regra da homogeneidade, ditando que todos os elementos sejam escolhidos segundo os mesmos critérios; e, a regra da pertinência, que preconiza a adequação do *corpus* ao objetivo proposto para o trabalho.

Este trabalho é um estudo longitudinal que incide sobre notícias respeitantes à atuação policial, emitidas pelos jornais Correio da Manhã (CM), Diário de Notícias (DN) e Jornal de Notícias (JN), nos anos civis de 2011, 2012 e 2013, que foram filtradas de entre um conjunto mais amplo e analisadas por Henriques (2014), Machado (2012) e Santos (2013), obtendo as respetivas unidades de registo (u.r.).

Relativamente ao ano de 2011, são consideradas 32 notícias, sobre os eventos: 12 de Março – manifestação “Geração à Rasca”; 19 de Março – manifestação CGTP; 29 de Maio – manifestação CGTP; 15 de Outubro – manifestação “Indignados”; 24 de Novembro – Greve geral; e, 26 de Novembro – manifestação “Indignados” (Machado, 2012).

Relativamente ao ano de 2012, são consideradas 122 notícias sobre os eventos: 11 de Fevereiro – manifestação CGTP; 22 de Março – Greve geral; 15 de Setembro – manifestação “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”; 29 de Setembro – manifestação do “Terreiro do Povo”; 14 de Novembro – Greve geral (europeia); e, 27 de Novembro – manifestação CGTP (Santos, 2013).

Relativamente ao ano de 2013, são consideradas 26 notícias sobre os eventos: 26 de Janeiro – Manifestação dos Professores; 16 de Fevereiro – manifestação CGTP – “Jornada Nacional de Ação e Luta”; 2 de Março – “Que se lixe a Troika – O Povo é quem mais ordena”; 15 de Junho – Manifestação dos Professores; 21 de Novembro – Manifestação das Forças de Segurança; e, 26 de Novembro – Greve Geral – “Dia da Indignação” (Henriques, 2014).

Assim sendo, o *corpus* deste trabalho é constituído por um total de 180 notícias, que se distribuíram pelos diferentes jornais nos diferentes anos considerados como pode ver-se na Figura 1.

	CM	DN	JN	Total de notícias
2011	8	12	12	32
2012	49	41	32	122
2013	5	14	7	26

Figura 1. Número de notícias por OCS em cada ano

3. Procedimento

De referir, em primeiro lugar, que este trabalho insere-se na linha de investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) intitulada “Grandes eventos de cariz político: A perceção da comunicação social acerca da atividade policial” (Pais, 2011).

Tratando-se de um estudo longitudinal, recorreu-se ao repositório de dados do Laboratório de Grandes Eventos para, a partir dele, constituir o ficheiro de dados sobre o qual se desenvolveu a análise. Partiu-se dos estudos de Henriques (2014), de Machado (2012) e de Santos (2013), nos quais foi feita a análise de conteúdo das notícias referidas no ponto anterior relativo ao *corpus*.

A análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter (...) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42). Esta foi conduzida de forma a respeitar os critérios de fiabilidade intra e intercodificador e os de validade (Ghiglione & Matalon, 1993; Krippendorff, 2013; Pais, 2004; Weber, 1990), para que os resultados sejam tomados como válidos e possam ser utilizados em investigações posteriores, como é o caso do nosso trabalho.

Através do ficheiro de dados criado para a nossa análise obtivemos os totais de u.r. para cada OCS em cada ano, que se distribuem conforme pode ver-se na Figura 2.

Posteriormente, procedemos ao cálculo, em cada um dos anos, da percentagem de todas as categorias e subcategorias para cada um dos OCS, cujos resultados e discussão apresentaremos de seguida.

	CM	DN	JN	Total de u.r.
2011	343	548	385	1276
2012	1005	1786	824	3615
2013	315	1689	942	2946

Figura 2. Número de u.r. por OCS em cada ano

Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados

1. Visão geral

Para melhor sistematizar e compreender os resultados, estruturámos a sua apresentação em duas fases. Na primeira demonstraremos os pontos a considerar relativamente aos dados de cada uma das categorias (cat.) da grelha utilizada, apreciando para o efeito a evolução do discurso de cada OCS ao longo dos anos (cf. Figura 3). Na segunda, aprofundámos a análise ao nível das subcategorias (subcat.), segundo o seu agrupamento nas fontes de informação, nas referências aos eventos e nos participantes nos eventos (cf. Figuras 4 a 9). Passando então à primeira fase da nossa exposição, iremos identificar a tipologia discursiva dominante no âmbito dos temas gerais que estão presentes nas notícias (cf. Figura 3).

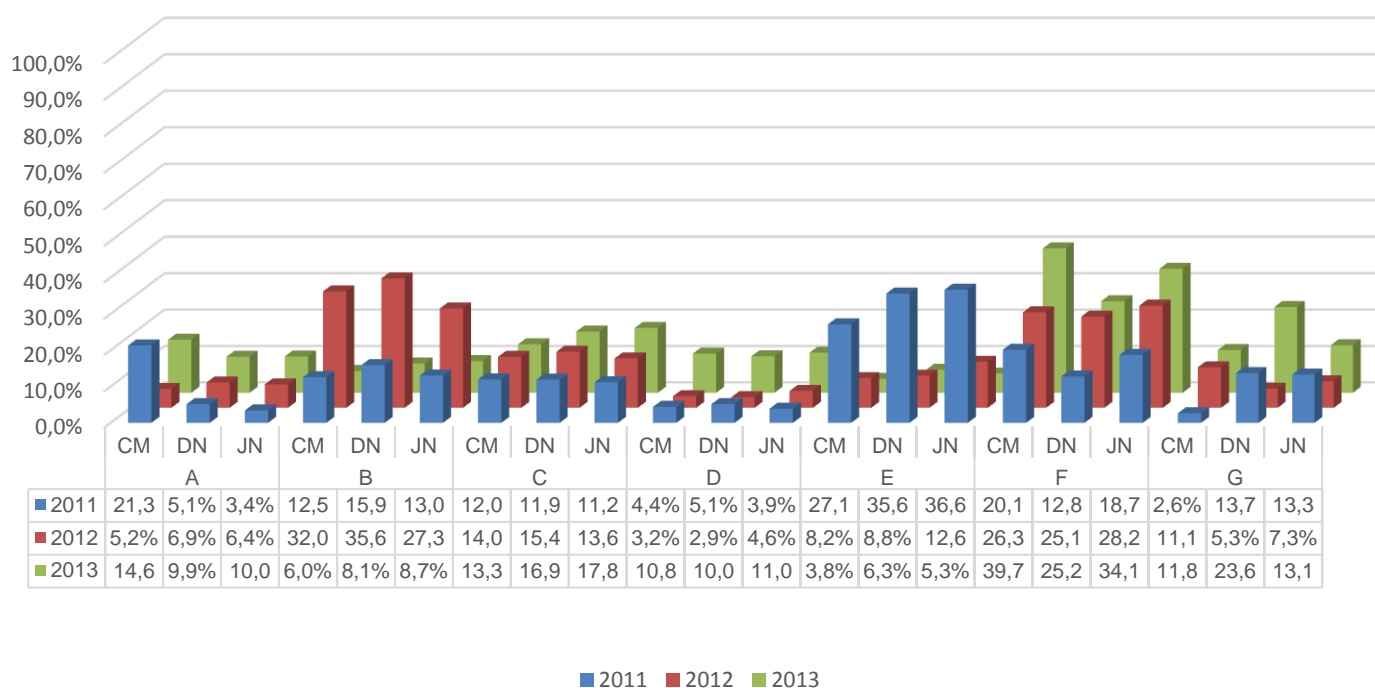


Figura 3. Ocorrência percentual das categorias por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013

Observando o discurso do CM, verificámos que, em 2011, este privilegiou a utilização de referências informativas em discurso indireto (cat. E), usando esta forma de redação para estruturar o discurso a transmitir, enquanto enfatiza os manifestantes (cat. A) e o enquadramento dos eventos (cat. F). Embora já com menor enfoque, o CM também menciona a PSP (cat. B) e a sua ação nas manifestações. No extremo oposto, é de assinalar que o CM elabora poucos juízos subjetivos sobre o que acontece nos eventos (cat. G).

Em 2012, o CM aborda frequentemente a PSP (cat. B) e a sua atuação no âmbito dos eventos políticos analisados, dos quais é apresentada uma descrição (cat. F). O CM recorre ao discurso direto com alguma frequência (cat. C), não obstante apresentar também considerações subjetivas acerca dos assuntos sobre os quais faz notícia (cat. G). De referir que, neste ano de 2012, o CM abandona as referências aos manifestantes que ocuparam um lugar central no discurso no ano anterior.

Em 2013 o CM centra o seu discurso noticioso no enquadramento das manifestações (cat. F), havendo também uma prevalência da informação acerca da caracterização dos manifestantes (cat. A). O CM também reproduz as declarações de protagonistas preferencialmente em discurso direto (cat. C), mas não se abstém de fazer considerações próprias acerca dos eventos (cat. G). Note-se que a atuação da PSP recebe pouco destaque por parte do CM (cat. B).

Observando agora o DN, vê-se que em 2011 as fontes são citadas sobretudo de forma indireta por este jornal (cat. E). A descrição da PSP e da sua atuação aparece com algum destaque (cat. B), sendo que esta descrição é acompanhada por juízos de valor subjetivos elaborados pelo jornal (cat. G). O DN dedica também parte das suas notícias à contextualização dos eventos (cat. F).

Em 2012, a PSP é a prioridade do DN quando noticia sobre os grandes eventos (cat. B). O DN atribui também grande relevo à caracterização do próprio evento (cat. F), aspetos que suporta com referências das fontes em discurso direto (cat. C). Embora com menos frequência, a referenciação indireta das fontes é também usada por este jornal (cat. E).

Em 2013 a tónica está na descrição das manifestações (cat. F). O DN faz também um uso acentuado do discurso subjetivo nas suas descrições (cat. G), não obstante apresentar, em menor escala, o uso do discurso direto de alguns atores (cat. C). Importa referir que a PSP tem uma presença menor no discurso deste OCS (cat. B).

Foquemos agora a nossa atenção no JN. Em 2011, este jornal redige as suas notícias privilegiando destacadamente o discurso indireto (cat. E). O JN não deixa de parte a contextualização do evento (cat. F) e as menções à PSP (cat. B) ao estruturar as suas notícias, mas também o faz apresentando juízos subjetivos (cat. G). De referir que o JN praticamente não menciona os manifestantes (cat. A).

Em 2012, o JN coloca a tónica no enquadramento dos eventos (cat. F) e na atuação da PSP durante os mesmos (cat. B). No discurso deste jornal sobressai também o uso das fontes, com uma ligeira tendência para privilegiar o discurso direto (cat. C) sobre o discurso indireto (cat. E).

Em 2013, a ênfase está distintamente no modo como são caracterizados os eventos (cat. F), pelo que são os próprios acontecimentos e o seu significado que estão

no centro das atenções. O JN complementa esta descrição sobretudo com o recurso às fontes que são citadas em primeira voz (cat. C), mas produz também uma medida assinalável de descrições subjetivas sobre aquilo que acontece nos eventos (cat. G).

Tendo exposto os principais elementos discursivos que cada OCS utilizou nos diferentes anos, podemos agora evidenciar as principais alterações que se verificaram ao longo do tempo. Nesta visão geral destaca-se imediatamente que os pontos centrais do discurso em cada um dos anos são comuns aos três OCS. Em 2011 a citação de fontes em segunda mão (cat. E) é um método muito utilizado pelos três OCS nas notícias, sendo o elemento mais comum. Em 2012 é a PSP (cat. B) que está no púlpito, ao mesmo tempo que os eventos são frequentemente descritos (cat. F) pelos três jornais. Ainda assim, observa-se que o CM e o DN mencionam mais a PSP do que o JN e este terceiro jornal incide ligeiramente mais no enquadramento do evento. É o aparecimento da PSP que assume um destaque particular, porque neste ano de 2012 passa a ser o ponto dominante do discurso, o que não se verificou em 2011. A razão por detrás deste grande aumento no foco sobre a polícia poderá residir no tipo de manifestações que ocorreram em 2012. De facto, em algumas das manifestações analisadas, de 2012, verificou-se uma escalada dos níveis de violência, patentes nos confrontos ocorridos a 22 de Março durante a Greve Geral (confrontos no Chiado) e na manifestação de 14 de Novembro (arremesso de pedras por parte dos manifestantes nas escadarias em frente à Assembleia da República). Refira-se também que a maioria das notícias analisadas em 2012 são relativas a estes dois eventos, pelo que são os mais representativos. Em tais eventos revelou-se necessária a intervenção policial para repor a ordem pública, o que nos leva a supor que os OCS têm tendência a focar muito mais a PSP quando esta está envolvida em confrontos. Esta possibilidade é fortemente reforçada pelo facto de a PSP ser apenas referida pontualmente em 2013, quando os eventos não tiveram índices elevados de violência. Esta hipótese leva-nos a inferir que o valor-notícia negatividade (Galtung & Ruge, 1965) é um critério chave para os OCS no momento de decidir sobre a abordagem da atuação da PSP nas suas notícias.

Em 2013, a apresentação contextualizada dos eventos (cat. F) assume grande destaque. Esta preocupação em torno da informação sobre o evento pode estar relacionada com a maturação que o fenómeno manifestante foi adquirindo ao longo dos três anos analisados. Vendo que as manifestações começam a assumir uma dimensão sociopolítica cada vez maior, os OCS detetam aqui a necessidade, mas também a oportunidade, de conferir outra “magnitude [ao] (...) acontecimento” (Henriques, 2014, p. 47). Todavia, coloca-se depois a questão de identificar quais os aspetos específicos que os OCS focam na descrição, aspetos esses que detalharemos adiante. Note-se que o DN

acompanha esta descrição com um regular uso de juízos de valor (cat. G), o que é menos evidente nos outros dois jornais.

É também pertinente confrontar a evolução dos tipos de discurso (cat. C e cat. E) que se verifica nos OCS. Como referimos, em 2011 a adaptação das informações das fontes ao próprio discurso (cat. E) é o aspeto mais prevalente no discurso dos três OCS, ocorrendo com muito mais frequência do que a citação direta (cat. C). Contudo, em 2012 o discurso indireto (cat. E) é muito menos utilizado enquanto o discurso direto (cat. C) ganha peso, passando a ter prevalência sobre o discurso indireto (cat. E) nos três jornais. Em 2013 esta tendência acentua-se, o discurso indireto (cat. E) deixa mesmo de ter expressão nas notícias. Há assim uma inversão da tipologia discursiva ao longo do tempo, realizada pelos três OCS. Tendo em conta este panorama, queremos acreditar que os OCS procuraram gradualmente obter uma maior credibilidade para o seu discurso, através da transcrição exata de factos e informações prestadas pelas fontes (Fontcuberta, 1999). Porém, aqui torna-se também importante saber em concreto quais foram as fontes procuradas, pois as declarações variam completamente consoante a fonte de que se trate. Por essa razão, as fontes consultadas serão detalhadas adiante.

Tendo em conta os aspetos que expusemos, verifica-se a existência de um claro padrão no discurso noticioso ao longo dos anos analisados, o que pode significar que os OCS utilizam uma mesma tipologia de construção do discurso noticioso.

2. Origem/Fontes da informação

As fontes de informação desempenham um papel vital na atividade jornalística, pois são a referência de primeira linha para o conhecimento dos factos que são incluídos nas notícias (Sousa, 2001). A diversidade das fontes é uma mais-valia para atingir a isenção e a credibilidade do trabalho jornalístico (Fontcuberta, 2009), pelo que se revela pertinente averiguar se existe uma utilização diversificada ou não das fontes. Importa, pois, identificar em concreto a quem os OCS dão voz para fornecer a informação que está presente nas suas notícias. Para o efeito, tomamos em consideração a informação presente nas categorias Discurso Direto (C) (cf. Figura 4), Discurso Indireto (E) (cf. Figura 5) e Sistema Explicativo Espontâneo (G) (cf. Figura 6), que ponderamos integradamente. Ressalvamos aqui que as Instâncias (cat. D) incluem-se também nas fontes de informação. Mas como podemos observar estas possuem uma baixa prevalência no discurso dos OCS (cf. Figura 3), pelo que não nos iremos debruçar sobre as instâncias específicas que são mencionadas.

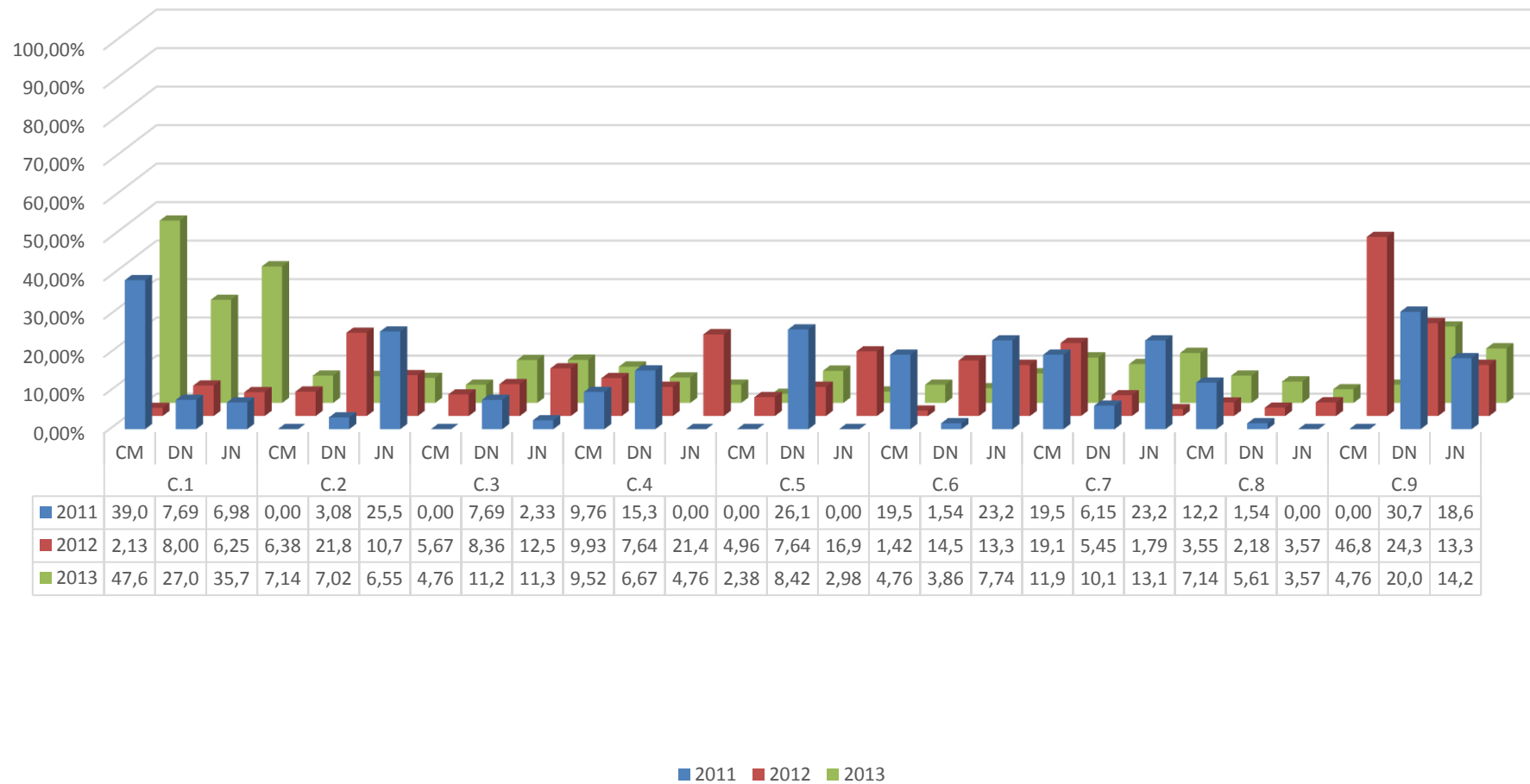


Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Direto por OCS
nos anos 2011, 2012 e 2013

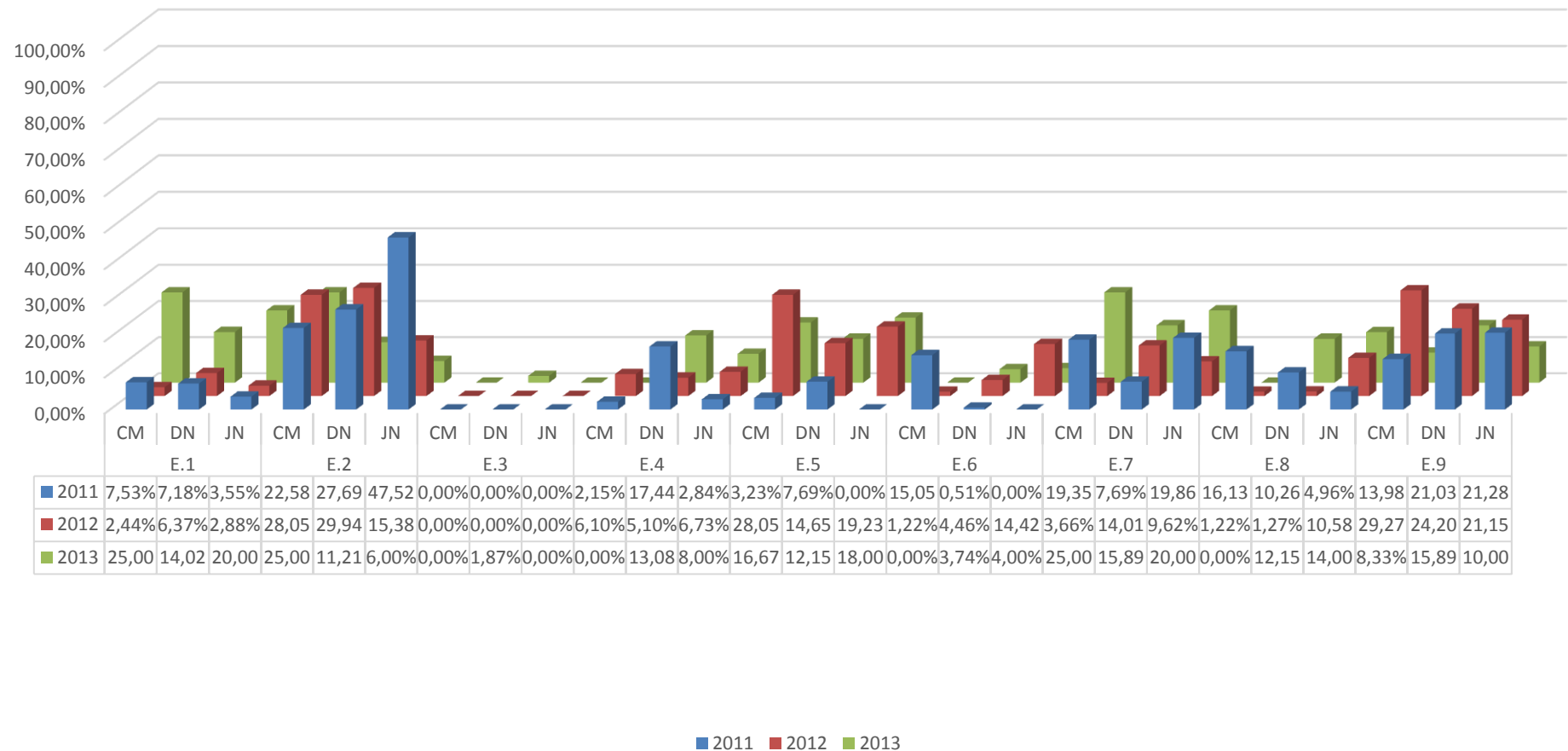


Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indireto por OCS
nos anos 2011, 2012 e 2013

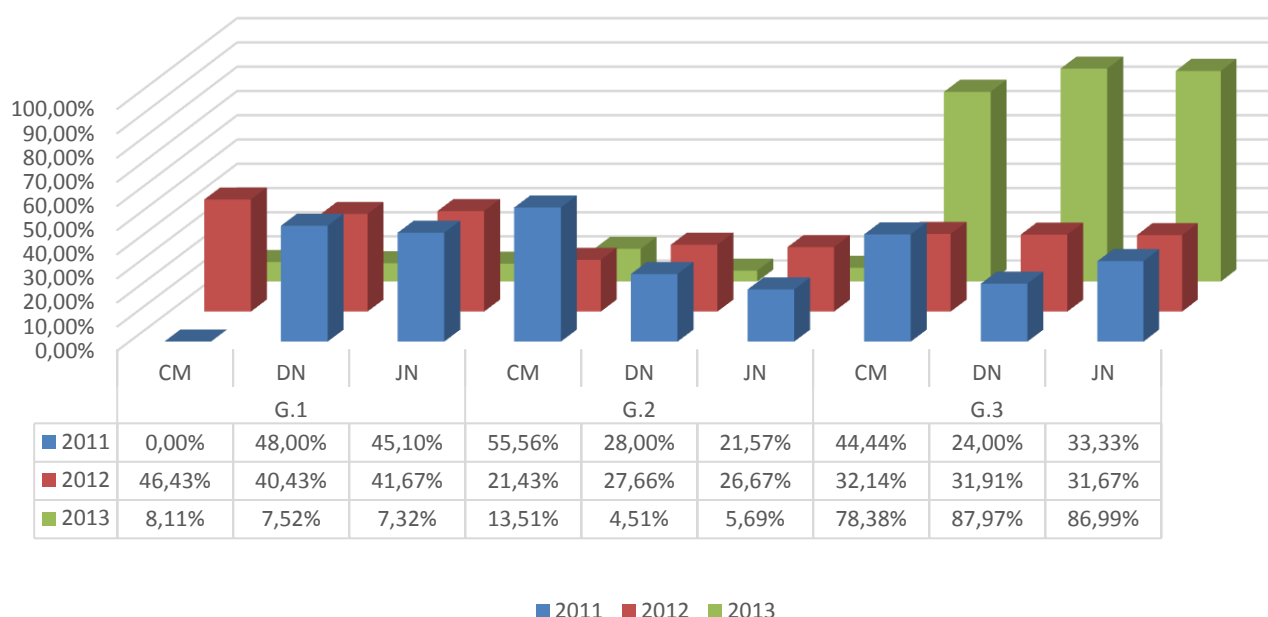


Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013

Começando pelo CM, em 2011 este OCS dá grande destaque aos manifestantes, ouvindo-os de viva voz (subcat. C.1). Já a PSP aparece citada indiretamente pelo CM (E.2) que, por outro lado, nunca apresenta exatamente as suas declarações (C.2=0,0%). A procura de declarações está também centrada sobretudo nos organizadores dos eventos (subcat. C.6 e E.7) e nos sindicatos (subcat. C.7 e E.8), tanto direta como indiretamente. Já os membros do governo e os políticos são muito pouco consultados (subcat. C.3 e C.4). O CM constrói também o seu discurso com declarações de especialistas sobre os assuntos e de atores diversos, mas estes são referidos exclusivamente de forma indireta (subcat. E.6 e E.9). Vemos assim que neste ano de 2011 o CM dá voz, em discurso direto, exclusivamente a cinco fontes. O jornal recorre pouco a juízos de valor relativos às ocorrências verificadas nas manifestações (cat. G) e, quando o faz, nenhum desses juízos se refere à atuação policial, centrando-se nos manifestantes e nos eventos (subcat. G.2 e G.3).

Em 2012, constata-se que o CM prefere recorrer em primeiro lugar a uma série de atores indefinidos (subcat. C.9 e E.9) para obter opiniões ou informações sobre o evento. As declarações proferidas pela PSP e pelos membros do Governo assumem uma presença constante nas notícias, no entanto isto acontece apenas em segunda mão (subcat. E.2 e E.5). Em contraste, os sindicatos aparecem referenciados de forma direta (C.7). De referir que o CM não aborda os manifestantes neste ano (subcat. C.1 e E.1),

alterando a sua prática do ano anterior. Relativamente ao discurso subjetivo, o CM destaca-se neste ano relativamente aos outros OCS (cat. G). Neste discurso, é sobretudo a atuação da PSP que é alvo de escrutínio e valoração (subcat. G.1).

Em 2013, a prioridade do CM retorna com evidência à abordagem dos manifestantes usando as suas declarações quer citando-os (subcat. C.1) quer reformulando-as (subcat. E.1), sendo que os organizadores do evento também aparecem como fonte indireta (subcat. E.7). A PSP e os membros do Governo também aparecem com relevo, no entanto apenas são mencionadas com frequência em segunda voz (subcat. E.2 e E.5). No que se refere aos juízos de valor utilizados neste ano, estes estão fortemente concentrados na descrição dos eventos (subcat. G.3).

Passemos agora à análise dos dados do DN. Este OCS mostra em 2011 um acentuado uso das declarações de atores diversos em discurso direto e indireto para caracterizar os eventos (subcat. C.9 e E.9). Apesar disso, se olharmos apenas ao discurso indireto é a PSP que aparece com mais prevalência (subcat. E.2), mas as suas declarações quase nunca são reproduzidas de forma exata (subcat. C.2). O DN prefere manter sem qualquer risco de alteração as declarações de especialistas nos eventos (subcat. C.5), já que não as adapta ao seu discurso (subcat. E.6=0,5%). De destacar que a intervenção de políticos e dos membros do governo assume proeminência no discurso surgindo por via indireta (subcat. E.4) e direta (subcat. C.4), respetivamente. Os organizadores dos eventos e os sindicatos parecem não ser relevantes para o DN, com estes últimos apenas a serem ocasionalmente referidos por via indireta (subcat. E.8). O DN utiliza referências subjetivas em medida considerável (cat. G) e estas são sobretudo dirigidas à atuação policial (subcat. G.1).

Em 2012 são a PSP e os atores diversos que dominam as referências utilizadas pelo DN. A PSP, apesar disso, é mais citada em segunda mão (subcat. E.2), enquanto os atores diversos aparecem com igual importância em ambas as modalidades discursivas (subcat. C.9 e E.9). Os organizadores dos eventos também merecem algum destaque nas notícias (subcat. C.6 e E.7), contrapostos pelos membros do governo, mas as declarações destes últimos apenas aparecem em segunda mão (subcat. E.5). Embora assumindo uma expressão reduzida, observa-se que o DN utiliza referências subjetivas neste ano. Essas referências são mais dirigidas à atuação policial (subcat. G.1), contudo têm também prevalência a caracterização subjetiva dos manifestantes (subcat. G.2) e dos eventos (subcat. G.3).

Olhando ao discurso do DN em 2013, os manifestantes são frequentemente referenciados em discurso direto (subcat. C.1), assim como os atores diversos, que também aparecem em segunda mão (subcat. C.9 e E.9). O DN dá também destaque aos organizadores dos eventos, embora utilize as suas declarações em discurso indireto

(subcat. E.7). No que concerne à utilização de referências subjetivas, estas são, neste ano, particularmente frequentes neste jornal (cat. G). A grande maioria dessas destinam-se a fornecer juízos acerca dos eventos, na descrição das suas ocorrências (subcat. G.3).

Vendo agora os dados do JN, em 2011 este jornal tem como principal referência a fonte policial para incluir no seu discurso (subcat. C.2 e E.2), sobretudo em discurso indireto. As declarações dos sindicatos como emissores diretos (subcat. C.7), assim como as dos organizadores dos eventos (subcat. C.6) merecem também destaque nas notícias. Os atores diversos que estão presentes nos eventos são bastante abordados por este jornal e representados nas notícias sob ambos os tipos de discurso (subcat. C.9 e E.9). De referir que os membros do governo em nenhum momento aparecem nas notícias do JN acerca dos eventos analisados (subcat. C.4 e E.5) e os políticos são referidos muito raramente (subcat. C.3 e E.4). Já no que toca ao discurso subjetivo, o JN foca-se na atuação policial (subcat. G.1).

Atentando agora no discurso do JN em 2012, vemos que os membros do Governo são a fonte privilegiada para sustentar a informação (subcat. C.4 e E.5), apesar de não terem sido referidos no ano anterior. As entidades diversas são consultadas no sentido de enriquecer as notícias, mas sobretudo em segunda mão (subcat. E.9). As opiniões e declarações de peritos feitas acerca dos eventos são também particularmente procuradas por este OCS para serem incluídas nas suas notícias (subcat. C.5 e E.6). Refira-se que as afirmações da PSP são sobretudo transmitidas pelo JN em discurso indireto (subcat. E.2). O JN apresenta neste ano um uso reduzido do discurso subjetivo (cat. G), sendo que as expressões que utiliza são sobretudo dirigidas à atuação policial (subcat. G.1).

Em 2013, pode verificar-se que o JN se detém sobre os manifestantes, reproduzindo as suas declarações em discurso direto (subcat. C.1) e indireto (E.1), com mais destaque para o primeiro. Os organizadores do evento, assim como os membros do Governo, são fontes prevalentes, ativamente mencionadas de forma indireta (subcat. E.7 e E.5). Os sindicatos aparecem também a falar sobre os eventos, em ambos os registos discursivos (subcat. C.7 e E.8). O JN refere ainda atores diversos para apresentar a sua informação, sobretudo em primeira mão (subcat. C.9). De referir a pouca prevalência dada à fonte policial em ambos os discursos (subcat. C.2 e E.2). Quanto ao discurso subjetivo do JN em 2013, este mostra-se quase exclusivamente concentrado na adjetivação do próprio evento (subcat. G.3) e não nos seus atores.

No que toca às fontes, podemos agora evidenciar os aspetos mais pertinentes verificáveis ao longo do tempo. No que concerne ao discurso direto (cat. C), observa-se que os três OCS variam bastante nas prioridades dadas a cada fonte de ano para ano, o que pode ser devido à natureza dos eventos. Contudo, isto é curioso pois, para os

mesmos eventos, cada OCS dá prioridade a fontes diferentes. Constatase que os OCS tendem, em todos os momentos analisados, a citar mais os manifestantes em discurso direto (subcat. C.1), o que é principalmente notório no caso do CM em 2011 e em 2013 para todos os jornais. Quanto a este último ponto, repare-se que os manifestantes são também citados indiretamente em 2013, mais do que nos anos anteriores. Tal como constatado por Henriques (2014, p. 50), “o ano civil de 2013 foi particularmente marcado pela manifestação de 21 de Novembro, que opôs polícias em manifestação a polícias em serviço”. O facto de possuírem um corpo manifestante tão incomum pode ser explicativo desta concentração dos três jornais no questionamento a estes manifestantes. Em todos os jornais se nota este aumento mas ainda assim deteta-se facilmente que é o CM que mais aproveita esta situação, seguindo-se o JN e por último o DN. Voltando-nos agora para as referências à PSP, esta é muito mais mencionada em discurso indireto (subcat. E.2) em todos os momentos, por todos os jornais (exceto no caso do JN em 2013, por uma diferença residual). Isto causa alguma estranheza, pois, tendo a PSP um conhecimento técnico privilegiado sobre os eventos, seria de esperar que as suas informações fossem transmitidas da forma mais exata possível. Além disso, no caso dos manifestantes, como refere Henriques (2014), o destaque dado pode residir na procura do aumento de consumo noticioso pela identificação do leitor com o que o manifestante diz e não na qualidade da informação.

Os membros do Governo (subcat. C.5 e E.5) têm pouca expressividade em 2011, nunca aparecendo nas notícias do JN, apenas sendo o DN a utilizar com relevo as suas declarações diretamente (subcat. C.4). Já em 2012, são bastante focados pelos três OCS, mantendo-se uma prevalência destacável em 2013. Este aparecimento do governo nas notícias a partir de 2012 possivelmente será devido ao carácter dos protestos nos dois últimos anos, que viram intervenções policiais em 2012 e a instauração de processos em 2013, pelo que os OCS procuraram mais declarações sobre a posição do executivo em relação aos acontecimentos.

No que respeita ao discurso subjetivo, o aspeto mais singular do CM é o aumento verificado na descrição da atuação policial (subcat. G.1) em 2012 que volta a desaparecer de cena em 2013. Este pico existente em 2012 pode ser explicado pela natureza já referida dos eventos deste ano, onde a atuação policial foi necessária para controlar os atos violentos que ocorreram. Contudo, para esta categoria em particular há um aspeto importante que deve ser tido em conta. O CM possui em 2011 apenas 2,6% das suas u.r. em toda a categoria G - Sistema Explicativo Espontâneo. Assim, as prevalências que se observam neste ano na caracterização dos manifestantes e dos eventos (subcat. G.2 e G.3) traduzem-se em números brutos muito baixos, daí aventarmos que os dados deste ano não são representativos do discurso subjetivo deste

jornal. Devemos portanto ter muito mais em conta os dados de 2012 e 2013 para aferir do discurso do CM nestas subcategorias. Além disso, em 2012 foram analisados 17 artigos de opinião do CM, não havendo nenhum em 2011. O discurso subjetivo é mais propenso a aparecer nestes artigos e, como refere Santos (2013), os mesmos são uma forma válida de perceber a orientação de cada OCS, pois ao publicar o artigo o OCS legitima o seu conteúdo. Relativamente ao DN e ao JN, o padrão evolutivo é exatamente o mesmo nas transições entre anos e, em cada ano em concreto, a prevalência das diferentes referências subjetivas (subcat.) é bastante próxima. Este facto parece-nos plausível pois, sendo estes jornais propriedade do mesmo grupo empresarial, é de esperar que especialmente no uso deste tipo de discurso o façam com uma direção semelhante. Embora com valores diferentes, estes dois OCS mantêm a atuação policial (subcat. G.1) como principal ponto das suas observações subjetivas e mudam completamente para o enquadramento do evento (subcat. G.3) em 2013, tal como o CM.

O teor dos eventos estudados em 2012, particularmente os de 22 de Março e de 14 de Novembro, que constituem grande parte das notícias deste ano, pode ser explicativo da prevalência da descrição mais subjetiva da atuação policial (subcat. G.1). Já em 2013, a preponderância do enquadramento e descrição atribuídos aos eventos (G.3) é explicada pelo “elevado número de assuntos adstritos ao evento principal [que fornecem] (...) um contexto para a sua abordagem” (Henriques, 2014, p. 45). Complementarmente ao constatado por Henriques (2014), verificámos desta vez que são os três OCS a partilhar desta tendência em 2013, enquadrando os eventos na situação económico-social do país.

3. Os eventos

Procuraremos agora perceber quais são os pontos focados por cada OCS nos diferentes anos relativamente aos eventos (cf. Figura 7). Relembramos desde já que nesta categoria foi criada, em 2013, a subcategoria “História” (F.9), uma novidade decorrente da necessidade de englobar “referências a eventos análogos ocorridos no passado” (Henriques, 2014, p. 48) feitas pelos OCS.

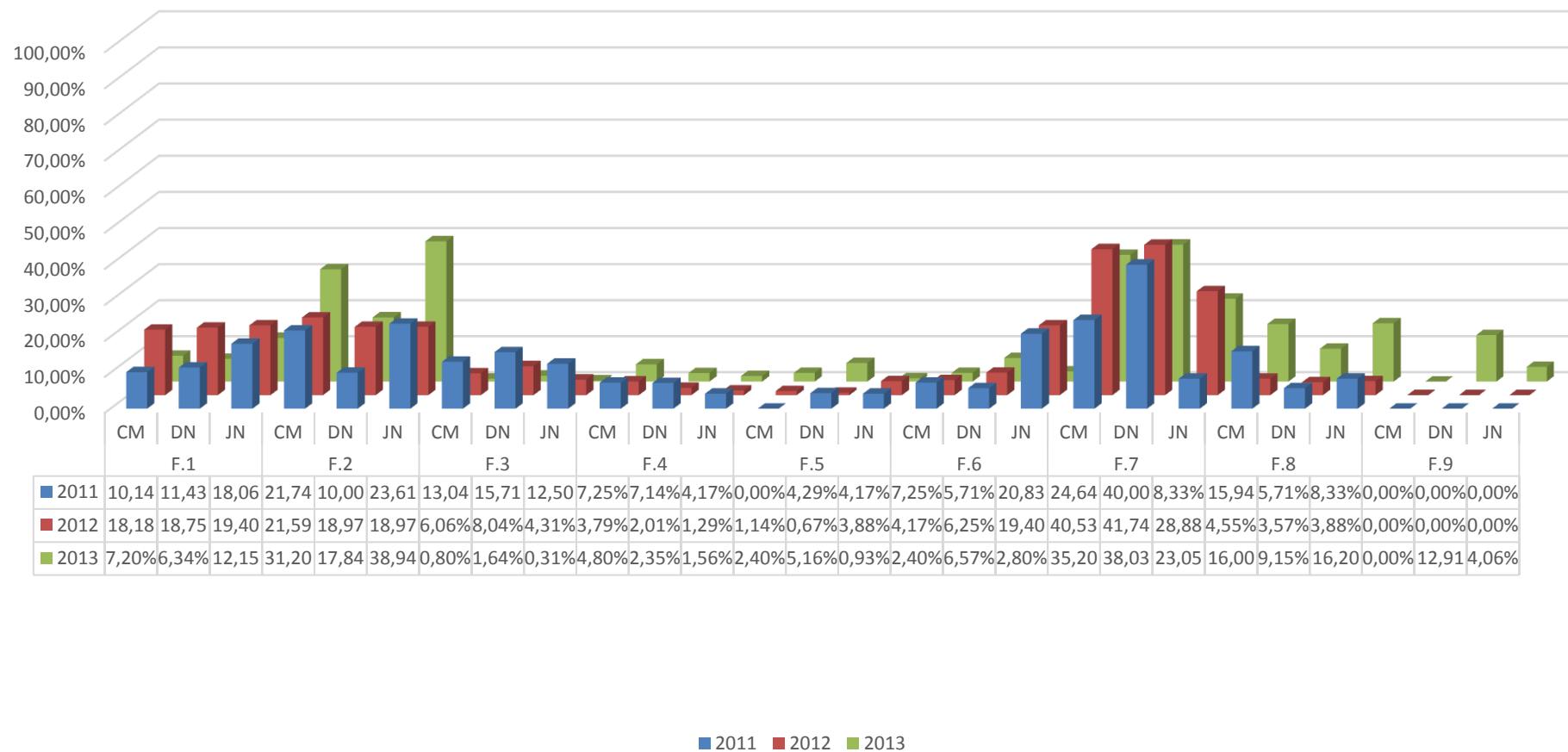


Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/Descrição
por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013

Começando pelo CM, em 2011 a informação sobre as características dos eventos é aquela que prevalece (subcat. F.7), sendo que o jornal também evidencia com frequência os locais de realização das manifestações (subcat. F.2). A dimensão dos eventos (F.8), assim como a sua designação (F.3), são informações que o jornal coloca nas suas notícias por forma a enquadrá-los.

Em 2012, o CM concentra o seu discurso em três elementos principais. Dá sobretudo uma ideia acerca das características e do teor dos eventos (subcat. F.7) e refere quando e onde se realizaram (subcat. F.1 e F.2).

Em 2013 o CM dá grande importância à clarificação das características dos eventos (subcat. F.7) e o local onde os mesmos decorreram (subcat. F.2). A amplitude dos eventos em causa é também evidenciada pelo CM (subcat. F.8). É de salientar, entretanto, que o CM não fez qualquer referência a eventos passados (subcat. F.9) nas suas notícias.

Relativamente ao DN, este dedica, em 2011, a grande parte do seu espaço noticioso à caracterização dos eventos (subcat. F.7). Complementando esta descrição mais detalhada, estão os elementos informativos simples relacionados com os eventos, como o nome dos mesmos (subcat. F.3), data e hora de realização (subcat. F.1) e os locais de realização (subcat. F.2).

Em 2012, o DN menciona os eventos com base em três elementos principais. Fornece a ideia geral sobre as suas características (subcat. F.7) e refere o dia/hora e os locais onde se realizam (subcat. F.1 e F.2).

Em 2013, o DN frisa, novamente, a caracterização das manifestações (subcat. F.7). O jornal faz questão de esclarecer o local de realização dos eventos (subcat. F.2), verificando-se também que faz associações com outros eventos do passado, de forma a fornecer uma contextualização histórica (subcat. F.9). O DN é o jornal que mais ênfase deu a este tipo de informação, pois detém a grande maioria de referências a eventos anteriores.

Observando agora os dados do JN, em 2011 este jornal evidencia o local de realização dos eventos várias vezes nas notícias (subcat. F.2). É também notória a sua preocupação em esclarecer a justificação para a realização das manifestações (subcat. F.6) e a informação sobre as mesmas é complementada com os elementos relativos à data e hora (subcat. F.1) e nome (subcat. F.3).

Em 2012 a tónica está marcadamente nas características das manifestações (subcat. F.7). Neste ano o JN volta a evidenciar os motivos que levam à realização das manifestações (subcat. F.6) com bastante frequência e fornece também as informações elementares sobre a caracterização dos eventos (subcat. F.1 e F.2)

A prioridade é dada à identificação dos locais onde se realizam as manifestações em 2013 (subcat. F.2), sendo que o jornal também descreve as características dos eventos, tendo em conta os seus atores e contextos (subcat. F.7). Está também presente a intenção de transmitir a magnitude dos acontecimentos, considerando o número de manifestantes presentes (subcat. F.8) e a função informativa, transmitindo a data e a hora dos eventos (subcat. F.1). Note-se que o JN usou poucas referências a eventos passados para efetuar o enquadramento dos eventos em notícia (subcat. F.9).

Uma vez descritos os discursos dominantes por parte dos OCS em cada ano, podemos agora destacar os aspetos mais prevalentes no que diz respeito ao enquadramento e à descrição dos eventos. Verifica-se que os OCS relevam no seu discurso elementos que respeitam à descrição dos eventos (subcat. F.7) e ao seu enquadramento espaço-temporal (subcat. F.1, F.2) de forma constante. Ainda assim, a caracterização dos eventos (subcat. F.7) é mais focada pelo CM e pelo DN, com uma maior presença no discurso em todos os momentos.

Os grandes eventos de cariz político sobre os quais nos debruçámos são acontecimentos complexos em todas as suas dimensões, ao nível de causas, interpretação das ocorrências no momento e consequências. Esta complexidade faz com que a caracterização dos eventos (subcat. F.7) forneça aos OCS uma ampla margem de manobra na decisão de quais os aspetos a focar nessa caracterização, quer para seguir os objetivos do jornal quer para a criação dos esquemas interpretativos (Druckman, 2001a; 2001b) que são veiculados, ainda que de forma não intencional (Sousa, 2006). Quanto aos elementos informativos simples relativos ao tempo e ao espaço (subcat. F.1 e F.2), estes deveriam ser complementados com outros mais clarificadores dos eventos, nomeadamente os seus objetivos (subcat. F.5) e justificação (F.6). Aqui, a única exceção é o JN, que em 2011 e 2012 dedica uma boa parte das suas notícias a expor o porquê de os manifestantes estarem na rua (subcat. F.6). Este facto é consentâneo com a sua linha editorial, pois, se se afirma um jornal popular, é natural que procure colocar-se do lado do leitor, divulgando as razões que levam à manifestação, muitas vezes associadas a dificuldades económico-sociais. Para além disto, seria de esperar que os objetivos a alcançar com a realização das manifestações (subcat. F.5) tivessem um lugar de destaque. Estes elementos poderiam contribuir também para um melhor entendimento do leitor sobre o porquê de a manifestação se realizar e não apenas aquilo que aconteceu na mesma. O destaque dado à descrição e a elementos mais simples como o local e a data/hora, não descurando que também são importantes, pode induzir uma perceção baseada sobretudo no imediatismo do acontecimento, prestando pouca atenção ao seu contexto. Desta forma, são fornecidos esquemas interpretativos (Druckman, 2001a; 2001b) que motivam opiniões sobre os eventos baseadas apenas nas ocorrências e

situações concretas dos mesmos. As razões e justificações (mais ligadas à legitimidade da sua realização) acabam por ser negligenciadas.

4. Os participantes nos eventos

Os participantes no protesto sobre os quais interessa determo-nos são os manifestantes, pelos quais iniciaremos, e a PSP relevando-se também identificar aquilo que é dito pelos OCS sobre estes atores.

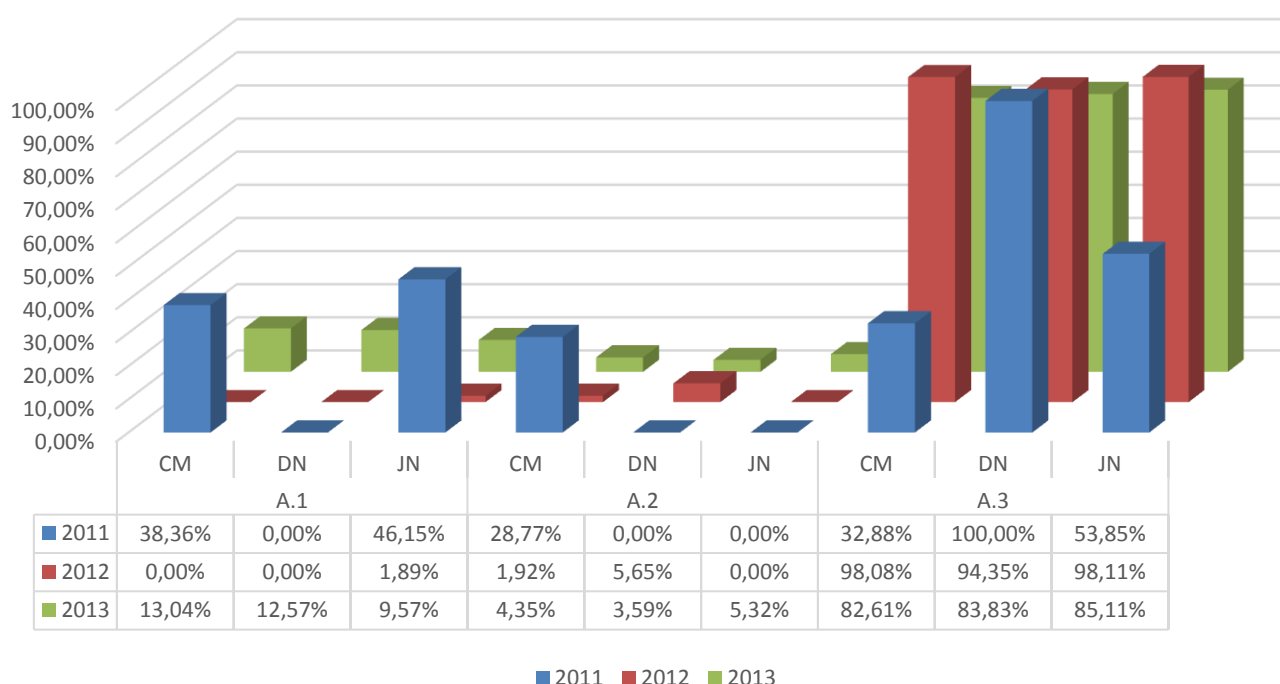


Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013

Relativamente aos manifestantes, (cf. Figura 8) o CM faz, em 2011, uma abordagem equilibrada entre as razões que os levam ao protesto (subcat. A.1 e A.2) e a caracterização dos mesmos (subcat. A.3), sendo que as motivações pessoais ainda assim assumem mais relevo.

Em 2012 e 2013 o discurso do CM centra-se completamente na descrição dos manifestantes (subcat. A.3), sendo que em 2012 essa prevalência é ainda mais notória. O jornal não questiona o manifestante acerca das suas motivações, quer pessoais ou ancoradas no exterior.

Atentando no discurso do DN é redundante discriminar os seus elementos ano a ano, pois nos três anos o seu discurso é notoriamente centrado na caracterização dos manifestantes (A.3).

Debruçando-nos sobre o discurso do JN, nota-se que em 2011 este jornal vê sobretudo o manifestante movido pelas motivações internas que o levam a estar presente no evento (subcat. A.1) e recorre bastante à sua descrição (subcat. A.3), não fazendo qualquer referência a fatores exteriores que pudessem motivar a presença na manifestação (subcat. A.2).

No caso do JN pode também caracterizar-se simultaneamente o seu discurso nos anos de 2012 e 2013 porque são semelhantes. O JN fixa-se na descrição dos manifestantes (subcat. A.3), abandonando quase por completo referências às razões que os levam a estar ali (subcat. A.1 e A.2).

Dado o exposto é possível identificar o mesmo padrão evolutivo para os três OCS no seu discurso relativamente aos manifestantes. Embora partam de realidades diferentes em 2011, que expusemos acima, em 2012 e 2013 colocam completamente a tónica do seu discurso na caracterização dos manifestantes (subcat. A.3), sendo que esta é ainda mais notória em 2012. Como refere Henriques (2014), a caracterização do manifestante contribui para a identificação do leitor com o que é referido na notícia. Contudo, colocamos a hipótese de as razões intrínsecas ou extrínsecas serem também um ponto importante para o estabelecimento dessa relação. Não seria de esperar que o leitor se identificasse mais com os manifestantes se conhecesse os motivos que levam ao seu descontentamento e, assim, à participação nas manifestações? Consideramos não ser descabido pensar que as razões associadas ao protesto sejam um fator até mais forte na criação de empatia com o leitor do que meros elementos relativos à caracterização dos manifestantes, tais como a sua origem ou idade. Esta questão é ainda mais pertinente porque essas razões estão normalmente associadas à condição económico-social do manifestante, passível de ser partilhada com o leitor. Se for esse o caso, o facto de os OCS focarem exclusivamente a caracterização põe a hipótese de que isso aconteça para procurar cativar mais os leitores não através da consonância (Galtung & Ruge, 1965), mas através da descrição e do relato de comportamentos desviantes, focando os valores-notícia negatividade, amplitude e imprevisibilidade (Galtung & Ruge, 1965). Isto porque é em 2012 e 2013 que a caracterização impera no discurso, precisamente quando se verificou a presença de grupos geradores de violência na multidão, em 2012, e a subida da escadaria da Assembleia da República na manifestação de polícias, em 2013.

Vejamos por fim quais os aspetos relacionados com a PSP e a sua ação, que são destacados pelos OCS (cf. Figura 9).

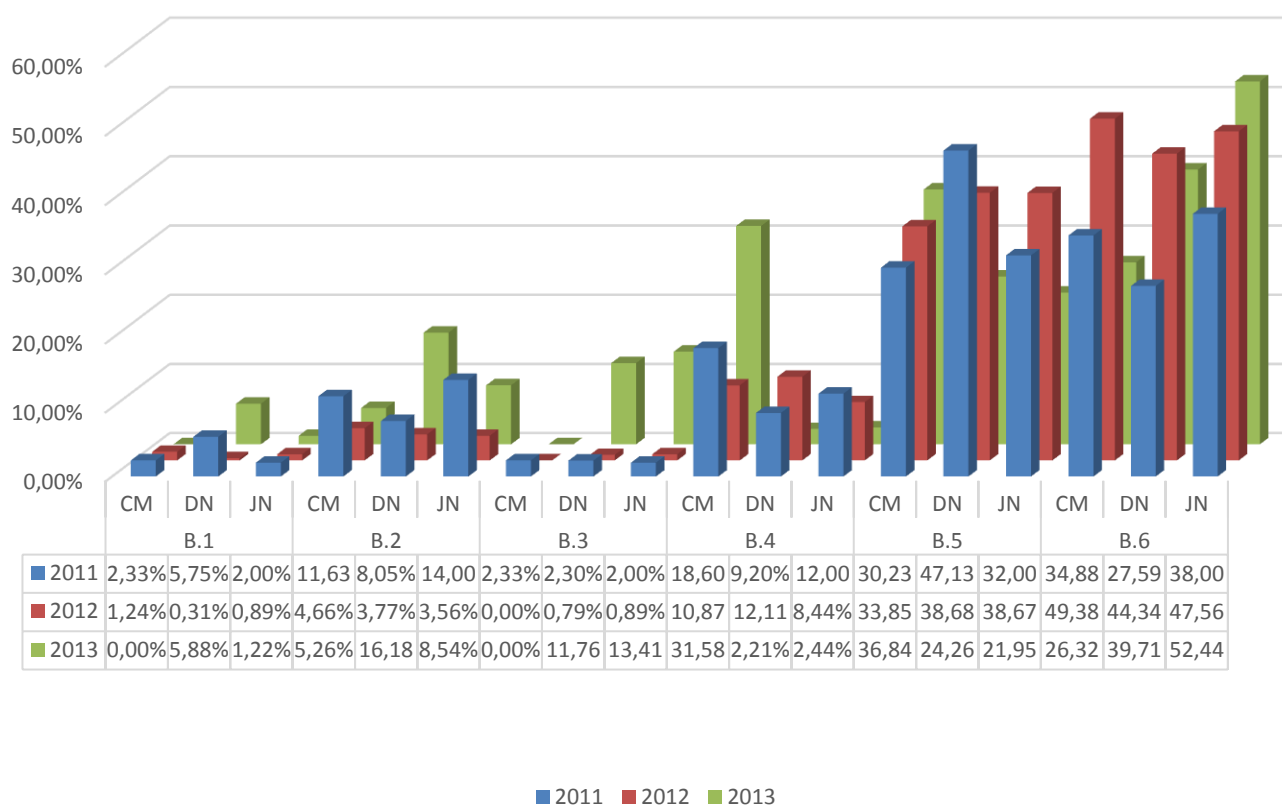


Figura 9. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP por OCS nos anos 2011, 2012 e 2013

Em 2011, o CM elabora o seu discurso sobretudo em volta dos resultados e consequências que derivaram da atuação policial (subcat. B.6), ao mesmo tempo que descreve a sua execução (subcat. B.5). O jornal complementa estes elementos, mas já em menor escala, com os motivos que levaram à atuação (subcat. B.4). O CM dedica ainda uma pequena parte das suas notícias a identificar a subunidade de origem dos agentes que estão no terreno (subcat. B.2).

Em 2012, o CM reforça a sua tónica na exposição das consequências seguindo o mesmo registo do ano anterior (subcat. B.6), que ocupa largamente o espaço noticioso a par com a descrição das ações realizadas pela PSP (subcat. B.5). Vê-se ainda com alguma frequência o esclarecimento dos motivos que obrigaram à atuação policial

(subcat. B.4), mas mais uma vez a prevalência desses motivos não está a par do destaque dado à atuação e às suas consequências.

O discurso em 2013 centra-se na própria atuação da PSP (subcat. B.5), sendo acompanhada quase sempre da clarificação das razões que levaram à ação (subcat. B.4). Para completar a estrutura do relato dos acontecimentos, o CM menciona as consequências que advieram da atuação policial (subcat. B.6).

Vendo agora o discurso noticioso do DN, em 2011 constata-se a tónica na exposição dos atos concretos que a PSP realiza nas manifestações (subcat. B.5). Já num segundo plano, mas ainda com grande prevalência nas notícias, o DN debruça-se sobre as consequências resultantes de tais atos (subcat. B.6), havendo já pouca referência aos motivos que obrigaram a PSP a agir (subcat. B.4).

Em 2012, o DN passa a focar-se sobretudo no que se verificou depois das atuações (subcat. B.6), mas mantendo também uma grande prevalência na sua descrição (subcat. B.5). Os motivos que levam a PSP a agir são assinalados apenas em ocasionalmente (subcat. B.4).

Em 2013, as notícias do DN referem maioritariamente as consequências que decorreram das intervenções policiais (subcat. B.6), enquanto que a descrição concreta das mesmas é também relevante no discurso noticioso (subcat. B.5). O DN demonstra também que procura dar informações adicionais sobre a força policial presente nos eventos, referindo a sua unidade territorial (subcat. B.2) e os meios táticos que utiliza (subcat. B.3).

Dirigindo agora a nossa atenção para o JN, constata-se que em 2011 este OCS refere-se à PSP do ponto de vista das consequências que aquela Força gera com as suas intervenções (subcat. B.6), sendo estas últimas descritas em pormenor (subcat. B.5). O jornal faz também questão de evidenciar informação como o local de trabalho dos agentes policiais (subcat. B.2) antes de esclarecer o porquê de aqueles agirem (subcat. B.4).

Em 2012 o JN mantém as suas prioridades na construção do discurso, aliás reforça-as. São as consequências das ações da PSP (subcat. B.6) e a descrição dessas ações (subcat. B.5) que mais importam destacar para o jornal, sendo que aquilo que está por detrás da origem destes factos é raramente abordado (subcat. B.4).

É em 2013 que o JN privilegia a exposição das consequências da atuação policial com maior evidência (subcat. B.6) e procura também descrever aquilo que se verificou durante as intervenções (subcat. B.5). Verifica-se que o JN refere ocasionalmente os meios que a PSP possui no terreno (B.3).

No cômputo geral vemos que o esquema noticioso referente à PSP apresenta uma estrutura similar entre os três OCS. O leitor é fortemente elucidado acerca

da atuação da PSP (subcat. B.5) e daquilo que resultou dessa atuação (subcat. B.6). Verifica-se que o CM é o único OCS que procura com alguma frequência comparar estes factos com a possível justificação para os mesmos (subcat. B.4). Apesar de este OCS se declarar um órgão de controlo dos abusos de poder no seu estatuto editorial (Correio da Manhã, 2014), é aquele que procura ver também o lado do força policial e as razões que legitimam estas intervenções junto dos cidadãos.

A ausência de referências aos motivos da atuação policial por parte do DN e do JN leva-nos a questionar sobre a imagem transmitida para o leitor acerca dessa mesma atuação. Pode estar em causa uma imagem que não legitima as intervenções da PSP face às razões que as originaram (subcat. B.4). Mas repare-se que, em 2012, até o CM se desvia de referir os motivos da atuação. Dado o carácter dos eventos já referidos deste ano, que levaram à necessidade de ações de reposição da ordem pública, seria expectável que os motivos estivessem em pé de igualdade com a descrição e as consequências das intervenções. No entanto, pode estar aqui presente o valor-notícia negatividade (Galtung & Ruge, 1965), havendo mais propensão a atrair o público com a descrição de ocorrências negativas, como os confrontos entre polícias e manifestantes. Qualquer atuação policial que se verifique num evento é um potencial gerador de vendas para os OCS, que fazem a sua descrição de ângulos diferentes e extrapolam as suas consequências para vários cenários possíveis. Esta tendência coloca a PSP numa situação de desvantagem, pois a sua atuação será vista de apenas um prisma. Só com o esclarecimento dos motivos que sustentem a atuação se pode ter uma compreensão do acontecimento que englobe o maior número de elementos possível.

Constata-se também que existe pouca expressão das menções ao número de elementos (subcat. B.1), à subunidade de origem (subcat. B.2) e ao dispositivo (subcat. B.3) das forças policiais. Mas, em relação à descrição do dispositivo policial (subcat. B.3), destaca-se porque surge como uma novidade apenas no DN e no JN em 2013. Uma vez que a manifestação dos polícias representa a maioria das notícias deste ano, uma explicação plausível é a procura por parte destes OCS em referir como a PSP iria lidar com um grupo de manifestantes que conhecia perfeitamente o modo como desempenha a sua atuação. A explicação que poderá estar por detrás disto é a menor influência que estes elementos têm na projeção do acontecimento. Muitas vezes a intenção é a de transmitir o impacto do evento, pelo que os OCS preferem, por exemplo, focar o número de manifestantes (subcat. F.8) ao invés dos elementos policiais (subcat. B.1).

Capítulo IV – Conclusões

O presente trabalho propôs-se a examinar o discurso de três OCS da imprensa de referência em Portugal – Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias – no que respeita à informação veiculada sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político, nos anos de 2011, 2012 e 2013. De relembrar, em primeiro lugar, que estes três OCS são órgãos de comunicação privados, sendo que o DN e o JN são propriedade da mesma empresa.

Um dos pontos de reflexão que está intrinsecamente ligado a todas as matérias que aqui desenvolvemos é a questão da influência dos OCS sobre o público. Após realizarmos a nossa pesquisa teórica concluímos como fundamentação base para este trabalho duas ideias fundamentais. Em primeiro lugar, os OCS são um meio crucial para o público obter informação política (Terkildsen & Schnell, 1997) e são capazes de criar representações da realidade (Pais et al., 2013). Mas, em segundo lugar, essa influência não é totalmente controlada pelos OCS. Ela faz-se sentir sobretudo através da utilização que o público faz dos meios de comunicação (Baran & Davis, 2012).

Ao colocarem o foco em determinados aspetos e atores da realidade nas suas notícias os OCS criam uma hierarquia de importância, consentânea com o mecanismo do *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1972), que o público poderá seguir ou não. Essa hierarquia está à partida definida ou implícita em cada política editorial. Mas a hierarquia também não é estanque, pois os assuntos priorizados pelos jornais podem alterar-se recorrentemente mesmo entre curtos períodos de tempo. A título de exemplo, apenas nos eventos que se verificaram em 2012 e que envolveram confrontos entre a polícia e os manifestantes, os quais abordámos na nossa análise, a PSP esteve sob o foco dos OCS. Por aqui se poderá afirmar que o valor-notícia negatividade (Galtung & Ruge, 1965) desempenha um forte papel na altura de os OCS selecionarem os assuntos a focar.

As fontes de informação enriquecem a notícia mesmo quando o jornalista assiste ao acontecimento pois permitem confrontar pontos de vista e fornecer informação especializada complementar (Fontcuberta, 1999). Para Correia (2011), os jornalistas devem sobretudo sustentar-se em “fontes dignas de crédito” (p. 94), de que são exemplo fontes do Estado ou aquelas que representem interesses organizacionais como as centrais sindicais. Igualmente, quanto mais exata for a reprodução das palavras que essas fontes proferirem, melhor será o efeito produzido e o benefício para a qualidade da informação, inclusive para a credibilidade dos jornais junto dos seus leitores. Vemos contudo que, em grandes eventos políticos, as fontes que mais são mencionadas nesta reprodução são os manifestantes e também intervenientes diversos que não caem num grupo de atores específico. As diferenças entre um jornal de referência, com informação

mais sóbria, e um jornal popular, com informação ligeira, nem sempre está claramente definida (Correia, 2006). As imposições de concorrência e os objetivos de lucro levam a que os jornais procurem formas de aumentar as suas vendas. O alcance que as palavras dos manifestantes, mais ou menos coloquiais, conseguem em termos de difusão junto de várias classes da população, não apenas é aproveitado pelos próprios jornais mas, igualmente, é potenciado pela identificação que as pessoas podem experimentar relativamente aos manifestantes, quer pelas posições assumidas quer pelo entretenimento que possibilitam.

O jornalismo é uma atividade produtora de sentidos (Borelli, 2005), o que significa que possui o potencial de nos levar a perceber situações como se nos sentíssemos na pele de um interveniente, através de um relato vivo e sagaz, relacionado com o valor-notícia da personificação (Galtung & Ruge, 1965). Contudo, desta forma também são fornecidos esquemas interpretativos (Druckman, 2001a; 2001b) que influenciam a nossa interpretação da realidade. O estudo realizado demonstra que o jornal Diário de Notícias é o que mais veicula estes esquemas interpretativos.

As relações entre as instituições desempenham um papel elementar nas sociedades em rede de hoje (Castells, 1999), relações essas que têm influência, ainda que indiretamente, no serviço que cada uma das instituições presta ao cidadão. Os OCS têm particular preponderância nestas relações, porque são os detentores de meios de comunicação que proporcionam às restantes instituições, certas vezes, a possibilidade de comunicarem (Hjarvard, 2008). A PSP, com a dimensão territorial e política que tem é um polo de atração para os cidadãos; tudo o que com a polícia se relaciona é tendente a atrair grande atenção por parte das pessoas.

Os OCS portugueses não são desconhecedores do chamariz noticioso que é a sigla PSP e, ainda mais, aquilo que a instituição faz e as consequências que daí advêm. Uma vez que a PSP está mormente sob o olhar ou pensamento da população através das notícias veiculadas, seria de esperar que os OCS fornecessem um relato completo do que a polícia faz, do que daí resulta, mas também do que constitui causa da ação. Esta informação é essencial para a população compreender o trabalho de fundo exigido à PSP, particularmente nos grandes eventos de cariz político. Verificámos que o Correio da Manhã é o OCS que mais esclarece os motivos da atuação da PSP.

No estudo empírico que realizámos, pudemos assim constatar, sempre apoiados pelo nosso referencial teórico, que os três OCS estudados apresentam uma certa concordância no discurso relativamente aos temas gerais mais prevalentes. Na especificidade do discurso, verificam-se diferenças nas prioridades, que surgem com a adaptação que cada OCS faz ao contexto.

Referências

- ACPO (2008). *Manual of guidance on keeping the peace*. London: NPJA on behalf of Association of Chief Police Officers and ACPO in Scotland.
- Anastasio, P., Rose, K., & Chapman, J. (1999). Can the media create public opinion? A social-identity approach. *Current Directions in Psychological Science*, 8 (5), 152-155.
- Babad, E. (2005). The psychological price of media bias. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 11 (4), 245-255.
- Baran, S. & Davis, D. (2012). *Mass communication theory: Foundations, ferment, and future* (6th ed.). Boston, MA: Wadsworth.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70
- Bell, D. (1999). *The coming of post-industrial society: A venture in social forecasting*. New York, NY: Basic Books.
- Borelli, V. (2005). *Jornalismo como actividade produtora de sentidos*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-viviane-jornalismo-actividade-sentidos.pdf>.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 152-166). Lisboa: Vega.
- Bushman, B. J. (1998). Priming effects of media violence on the accessibility of aggressive constructs in memory. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24 (5), 537-545.
- Cádima, F. R. (1996). *História e crítica da comunicação*. Lisboa: Edições Século XXI.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (Vol. 2, 10ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Cardet, R. (1980). *Manual de jornalismo* (4ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Carvalhas, M. (2013). *Relatório de Estágio no jornal Correio da Manhã*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Cascais, F. (1999). Prefácio. In M. Fontcuberta, *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1, 2ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Castro, A. (2013). *Teorias do jornalismo, universidade e profissionalização: Desenvolvimento internacional e impasses brasileiros*.
- Clemente, P. (2009). A ordem em público. In M. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: Actuação policial* (pp. 119-138). Coimbra: Almedina.
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, J. C. (1995). *O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Correia, J. C. (2009). *Teoria e crítica do discurso noticioso: Notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: Livros LabCom.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: Livros LabCom.
- Correio da Manhã (2014). Estatuto Editorial do Correio da Manhã. Retirado de: http://www.cmjornal.xl.pt/mais_cm/estatuto_editorial/detalhe/estatuto_editorial.html
- Craig, R. (1993). Why are there so many communication theories. *Journal of Communication*, 43 (3), 26-33.
- Crato, N. (1986). *Comunicação social: A imprensa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto.
- Deusdado, D. (2011). Livros de estilo: manual de utilização [21]. In Rodrigues, C., & Marques, I., *Nativos digitais II*, Lisboa, RTP, retirado de: <http://www.rtp.pt/play/p682/e51198/nativos-digitais>
- Diário de Notícias (1997). *Estatuto Editorial do Diário de Notícias*. Retirado de: <http://pt.slideshare.net/dmpa/estatuto-editorial-dirio-de-notcias-1997-presentation>
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Druckman, J. (2001a). The implications of framing effects for citizen competence. *Political Behavior*, 23 (3), 225-256.

- Druckman, J. (2001b). On the limits of framing effects: Who can frame? *The Journal of Politics*, 63 (4), 1041-1066.
- Esteves, J. P. (2012). Agenda-setting e efeitos dos media: O desenvolvimento paradoxal da teoria e o regresso a uma perspectiva comportamentalista. In I. F. Cunha, A. Cabrera, & J. P. Sousa (Orgs.), *Pesquisa em media e jornalismo: Homenagem a Traquina* (pp. 107-137). Covilhã: LabCom.
- Eveland, W. P., & Shah, D. V. (2003). The impact of individual and interpersonal factors on perceived news media bias. *Political Psychology*, 24 (1), 101-117.
- Felgueiras, S. (2009). A actividade policial na gestão da violência. In M. M. G. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: Actuação policial* (pp. 139-162). Coimbra: Almedina.
- Festinger, L. (1963). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Gaillard, P. (1971). *O jornalismo* (2ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América
- Galliano, A. G. (1979). *O método científico: Teoria e prática*. São Paulo: Editora Mosaico.
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, (2) 1, 64-91.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O inquérito: Teoria e prática* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gorringe, H., & Rosie, M. (2006). "Pants to poverty"? Making poverty history, Edinburgh 2005. *Sociological Research Online*, 11 (1).
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2011). 'Trial by media': Policing, the 24-7 news mediasphere and the 'politics of outrage'. *Theoretical Criminology*, 15 (1), 23-46.

- Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 224-248). Lisboa: Vega.
- Henriques, R. A. C. (2014). *A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Hjarvard, S. (2008). The mediatization of society. A theory of the media as agents of social and cultural change. *Nordicom Review*, 29 (2), 105-134.
- Krippendorff, K. (2013). *Content analysis: An introduction to its methodology* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2004). *Os elementos do jornalismo: O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- Lang, K., & Lang, G. (1955). The inferential structure of political communications: A study in unwitting bias. *Public Opinion Quarterly*, 19 (2), 168-183.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (Constituição da República Portuguesa).
- Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto (Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública).
- Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto (Lei de Segurança Interna).
- Lopes, P. (2010). *Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Littlejohn, S., & Foss, K. (Eds.) (2009). *Encyclopedia of communication theory* (Vol. 1). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Machado, H. J. D. (2012). *A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Machado, R. (2009). Poliedria do comportamento humano. In M. M. G. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: Actuação policial* (pp. 301-323). Coimbra: Almedina.

- Mawby, R. I. (2003). Models of policing. In T. Newburn (Ed.), *Handbook of policing* (pp. 15-40). Cullompton: Willan.
- Maxson, C., Hennigan, K., & Sloane, D. C. (2003). *Factors that influence public opinion of the police*. Washington, DC: National Institute of Justice.
- McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Miller, J., Davis, R., Henderson, N., Markovic, J., & Ortiz, C. (2004). *Public opinions of the police: The influence of friends, family, and the news media* (Report nº 205619). New York, NY: U.S. Department of Justice.
- Miller, J. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.
- Molotch, H., & Lester, M. (1999). As notícias como procedimento intencional: Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 34-51). Lisboa: Vega.
- Monteiro, A. C., Caetano, J., Marques, H., & Lourenço, J. (2006). *Fundamentos de comunicação*. Lisboa: Sílabo.
- Morreable, S., Osborne, M., & Pearson, J. (2000). Why communication is important: A rationale for the study of communication. *Journal of the Association for Communication Administration*, 29 (2000), 1-25.
- Noelle-Neumann, E. (1984). *The spiral of silence: Our social skin*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

- Pais, L. G. (2011). *Documento interno de apresentação da linha de investigação intitulada: "Grandes eventos de cariz político: A percepção da comunicação social acerca da actividade policial"*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Pais, L. G., Felgueiras, S., Serra, A., Machado, H., & Pereira, H. (2013). Media perceptions of police activity in major political events: An overview of the portuguese context during 2011. In *The Anthology: GODIAC – Good practice for dialogue and communication as strategic principles for policing political manifestations in Europe* (pp. 205-217).
- Pena, F. (2005). *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Petty, R., & Cacioppo, J. (1981). *Attitudes and persuasion: Classic and contemporary approaches*. Dubuque, IA: Brown.
- Preston, P. (2009). *Making the news: Journalism and news cultures in Europe*. New York, NY: Routledge.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.
- Rebelo, J., Mendes, J. M., & Brites, R. (2010). *Privacidade, intimidade e violência na imprensa*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4^a ed.). New York, NY: Oxford University Press.
- Reiner, R. (2013). Who governs? Democracy, plutocracy, science and prophecy in policing. *Criminology and Criminal Justice*, 13 (2), 161-180.
- Ribeiro, F. M. (2010). Utopia e jornalismo de ciência: O contributo para a democracia. *Estudos em Comunicação*, 90, 243-271.
- Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos media*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias da comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença.

- Rodrigues, A. D. (2007). Processos cognitivos e estratégias de comunicação. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, 7, 191-214.
- Rodrigues, A. D. (2011). *O paradigma comunicacional: História e teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Salmon, C., & Kline, T. (1983). *The spiral of silence ten years later: An examination and evaluation*. Paper presented at the Annual Meeting of the International Communication Association, Dallas.
- Santos, J. P. M. (2013). *A comunicação social e a actividade policial: A percepção da imprensa sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros LabCom.
- Silver, A. (2005). The demand for order in civil society: A review of some themes in the history of urban crime, police, and riot. In T. Newburn (Ed.), *Policing key readings* (pp. 7-24). Cullompton: Willan.
- Simão, J. (2007). *Manual de Jornalismo Impresso - o informativo*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Simão, J. (20 de Janeiro de 2009). Docs - Jornal de Notícias [Publicação de blog eletrónico]. Retirado de: <http://www.comunicamos.org/lab/docs/docs-jornal-de-notcias>
- Sousa, F. (1988). *Jornal de Notícias: A memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias.
- Sousa, J. P. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>
- Sousa, J. P. (2002). *Porque as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Lisboa: Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2005). *Uma teoria multifactorial da notícia*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-teoria-multifactorial-noticia.pdf>

- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed.). Porto. Retirado de: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>
- Terkildsen, N., & Schnell, F. (1997). How media frames move public opinion: An analysis of the women's movement. *Political Research Quarterly*, 50 (4), 879-900.
- Traquina, N. (1999). As notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2001). Teorias das notícias: O estudo do jornalismo no século XX. In N. Traquina, A. Cabrera, C. Ponte, & R. Santos (Orgs.), *O jornalismo português em análise de casos* (pp. 19-91). Lisboa: Editorial Caminho.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. (2ª ed.) Florianópolis: Insular.
- Uscinski, J. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90 (4), 796-815.
- Valente, M. M. G. (2012). *Teoria geral do direito policial* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder*. Cullompton: Willan.
- Weber, R. (1990). *Basic content analysis* (2nd ed.). Newbury Park, CA: Sage.
- Weisburd, D., & Neyroud, P. (2011). *Police science: Towards a new paradigm* (Report nº NCJ 228922). Washington, DC: Harvard University Press.
- Wertheim, E. (2008). *The importance of effective communication*. Northeastern University, College of Business Administration. Boston: Sage.
- White, D. M. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na selecção de notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 142-166). Lisboa: Vega.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação* (8ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO 1. Paradigmas dos efeitos

Os *media* são alvo de estudo já há mais de um século, sendo que esse estudo converge em três paradigmas. O primeiro paradigma predominou na perceção das várias áreas da sociedade durante a primeira metade do século XX (Miller, 2007), denominando-se por “paradigma dos efeitos poderosos” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624). Este paradigma projecta os *media* como entidades quase onnipotentes, que conseguem funcionar independentemente dos outros intervenientes sociais, exercendo um efeito indubitado sobre estes (Wolf, 2003). Paralelamente a este poder exacerbado, o público era também visto como incapaz de o contrariar e impotente perante o conteúdo da mensagem mediática, não a conseguindo interpretar de outra maneira que não a pretendida pelos *media* (Littlejohn & Foss, 2009).

Porém, várias investigações científicas que se sucederam revelaram conclusões que modificavam este paradigma, nomeadamente as de Paul Lazarsfeld e Wilbur Schramm (in Littlejohn & Foss, 2009). Estas abordaram, respetivamente, a influência dos *media* na decisão de voto e o efeito da visualização televisiva em crianças. Ambos os estudos constatarem a existência de outros fatores mais determinantes na construção dos comportamentos - a relação interpessoal e a partilha de opiniões entre as pessoas, no primeiro, e as características inatas e sociais do próprio indivíduo, no segundo. Estas duas ideias entroncam noutra, a de que “os *media* tendem a reforçar os comportamentos existentes ao invés de os alterar” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624). O primeiro paradigma possuía argumentos limitados pois não considerava que o poder dos *media* reside em última instância na utilização que o público faz deles (Baran & Davis, 2012). Desta forma, surge o segundo paradigma denominado como “paradigma dos efeitos limitados” (Baran & Davis, 2012; Littlejohn & Foss, 2009, p. 624). A influência dos *media* já não é absoluta, entrando na equação as características individuais de cada um e as dinâmicas inter e intragrupoais. Ilustrativas desta realidade, são as conclusões de Eveland e Shah (2003) que sugerem que as pessoas percecionam mais ou menos enviesamento mediático, consoante o conteúdo das notícias é mais ou menos favorável à sua cor política. Ou seja, alteram a informação para que esta se aproxime às ideias que já defendem ou àquelas que querem transmitir. Estas conclusões têm origem na teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1963), que desenvolve esse processo de adaptação das informações. Na década de 1960, com a massificação de novos meios comunicacionais como a televisão, há “uma reavaliação sobre a perceção dos efeitos da exposição aos *media* [que leva ao aparecimento do] paradigma dos efeitos cumulativos” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624). Este paradigma retoma a noção de que os *media* têm um poder considerável de influência, mas com uma diferença fulcral para com o primeiro paradigma: este considera

os efeitos a longo prazo e não no imediato (Littlejohn & Foss, 2009). Há uma consideração dos efeitos ao longo da vida do indivíduo (visto ser a partir desta altura que algumas pessoas têm uma exposição aos *media* desde os primeiros anos da infância), que vão lentamente moldando aspetos da sua personalidade e da sua forma de ver o mundo.

ANEXO 2. Grelha categorial

A – Categoria “Manifestantes” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (27)¹: *“António Fernandes (...) foi á manifestação para protestar contra os cortes de salários da sua empresa do porto de Aveiro”.*

A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (43): *“saíram às ruas de Lisboa [os militantes de grupos radicais] para mostrar solidariedade com a greve geral que a CGTP levou a cabo”.*

A.3 – Subcategoria “Caracterização” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (47,2): *“muita gente jovem que pela primeira vez saiu à rua em protesto”.*

B – Categoria “PSP” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “N.º de elementos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (55): *“Cerca de 600 agentes da PSP estão mobilizados para garantir a segurança da manifestação”.*

¹ Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo

B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (64): *“começaram a chegar reforços do Corpo de Intervenção”*.

B.3 – Subcategoria “Dispositivo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (65): *“(arremessaram pedras contra) a coluna policial estacionada ao fundo da escadaria”*.

B.4 – Subcategoria “Motivos da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (69,5): *“A atuação tinha de acontecer porque estavam a ser atacados com pedras e injúrias”*.

B.5 – Subcategoria “Descrição da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (73): *“Malharam-lhe no chão e deixaram-no com um traumatismo craniano”*.

B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex. (65): *“À hora do fecho desta edição, a Polícia apontava para 48 feridos ligeiros, 21 dos quais polícias”*.

C – Categoria “Discurso Directo” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (65,1): *“Não atirei uma única coisa”*.

C.2 – Subcategoria “Fonte policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (50): *“a PSP não quer associar a manifestação ao vandalismo ocorrido durante a madrugada, «até porque não houve testemunhas», explicou ao JN”.*

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (34): *“O líder deste partido (BE), Francisco Louçã, disse ontem, num discurso em Atenas, que a luta nas ruas naquele país, marcados por graves tumultos destruição, «é o orgulho do movimento popular europeu»”.*

C.4 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (69,6): *“O sentimento nacional é de repúdio por essa violência. [Pedro Passos Coelho]”.*

C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (96): *“É escandaloso como certos “jornalistas” se aliam à Polícia (...) [Marinho e Pinto]”.*

C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (98): *““A polícia e os serviços de informações sabem perfeitamente quem são os provocadores de violência”, assevera (Arménio Carlos)”.*

C.7 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (111): *“Não pretendo com isto (...) desvalorizar o inquérito (Paulo Rodrigues)”.*

C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (57): *“«Não nos representam» foi o grito de ordem mais aclamado”.*

C.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (69,2): *“«(O meu cliente) Foi apanhado no arrastão», alegou Vasco Marques Correia”.*

D – Categoria “Instâncias” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “Governo” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (72): *“(A manifestação) (...) viu os seus efeitos junto do Governo quase anulados”.*

D.2 – Subcategoria “Assembleia da República” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (86,1): *“O que não impediu o BE de entregar ontem à Assembleia da República (AR) um requerimento para ouvir, entre outros, (...) o ministro Miguel Relvas”.*

D.3 – Subcategoria “Agências Noticiosas” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (105): *“A informação consta de um ofício enviado pela CNPD (...) a que a agência Lusa teve acesso”.*

D.4 – Subcategoria “Instâncias Judiciárias” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (118): *“Paula Montez revelou que o DIAP investiga a suspeita de crime de ofensas à integridade física, tendo alegado que a ativista atirou cerca de 20 pedras à polícia”.*

D.5 – Subcategoria “Instituições” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (111): *“A IGAI tem toda a legitimidade de abrir inquéritos sempre que tenha dúvidas sobre a actuação de uma instituição ou de um seu funcionário”.*

E – Categoria “Discurso Indirecto” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (92,1): *“Mariana Avelãs (...) garante que vai participar no protesto do dia 27”.*

E.2 – Subcategoria “Fonte Policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (91): *“Segundo sabe o CM trata-se de uma relação que funciona com base na confiança entre profissionais das duas instituições (...) dizem ao CM fontes ligadas à PSP”.*

E.3 - Subcategoria “GNR” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

E.4 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (70): *“Também António José Seguro, secretário-geral do PS, criticou a desordem”*.

E.5 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (64): *“Miguel Macedo apoiou (a decisão da carga)”*.

E.6 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (9): *“Carlos Jalali, acrescentando que é preciso refletir para não deixar tudo na mesma”*.

E.7 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (5): *“Arménio Carlos (...) recusou avançar com números”*.

E.8 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (2): *“Os portos do Algarve (...) estavam encerrados, anunciaram os sindicatos”*.

E.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (73): *“Pelo menos para o advogado Vasco Marques Correia, que representa João (...) as imagens poderão recair a favor do seu cliente”*.

F – Categoria “Enquadramento/Descrição” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “Data/hora” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (86,2): *“dos confrontos de 14 deste mês”*.

F.2 – Subcategoria “Local” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (94): *“(manifestação) em frente à Assembleia da República”*.

F.3 – Subcategoria “Nome do evento” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (110): *“no dia da greve geral”*.

F.4 – Subcategoria “Percurso” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (97): *“(Arménio Carlos apelou à participação) numa marcha que começará com uma concentração (...) no jardim da Estrela (...) para, depois, rumar ao Parlamento”*.

F.5 – Subcategoria “Objectivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (46): *“Quando os organizadores da marcha de protesto agendaram o percurso (...) o objetivo era claro: mostrar um sinal de descontentamento em frente aos escritórios do Fundo Monetário Internacional (FMI), no número 59”*.

F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (52): *“contra as medidas de austeridade em Portugal”*.

F.7 – Subcategoria “Caracterização” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (58): *“A manifestação terá surgido de forma espontânea”*.

F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (64): *“Os protagonistas da violência eram entre 20 e 30 pessoas”*.

G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Actuação policial”

Ex. (77): *“Tão serena que espancou protestantes pacíficos”*.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex. (80): *“Vítimas da repressão fascista em que a polícia é a culpada de tudo”*.

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex. (94): *“A persistência de incidentes violentos naquele local começa a tornar-se já um padrão”*.